

# Os “Muros” de Tivim: um documento iconográfico inédito de uma fortificação em Goa

## > Contextualização histórica

A incorporação da região de Bardês no território das “Velhas Conquistas” de Goa, processo que ocorreu a partir de 1543, foi oficialmente reconhecido pelo sultanato de Bijapur através do tratado de 1546 e novamente em 1571 e 1576<sup>1</sup>. Desde o início, a defesa da fronteira terrestre daquela região ou província representou um desafio considerável para as capacidades do Estado da Índia, sendo que dificilmente os portugueses poderiam colocar em campo um exército suficiente para travar uma força invasora à escala das potências indianas vizinhas. Necessariamente, os rios navegáveis da região detinham uma grande importância estratégica, pois se por um lado dificultavam as movimentações dos grandes exércitos indianos, por outro permitiam a mobilidade de espingardeiros e artilharia das embarcações ligeiras portuguesas. A fronteira de Bardês ficou assim definida pelo rio Chaporá do lado norte, e pelo rio de Mapuçá, a leste, que confluía com o de Mandovi na ponta oeste da ilha de Chorão<sup>2</sup>. Porém, uma pequena porção de raia, entre a aldeia de Colvale e a aldeia de Tivim, com cerca de 2.9 km, permitia a ligação enxuta entre Bardês e a terra firme indiana<sup>3</sup>. Este era o calcanhar de Aquiles, em termos defensivos, de toda a fronteira da

Província de Bardês. A leste dessa linha, existia ainda uma pequena área oficialmente sob jurisdição portuguesa, mas na prática entregue em termos militares e administrativos aos “*ranes*” ou “*dessais*” associados aos clãs maratas, cuja conversão ao Cristianismo ocorreu apenas em meados de Seiscentos<sup>4</sup>.

Para toda a segunda metade do século XVI, não surgem notícias de qualquer fortificação em Bardês para além do forte de Reis Magos, iniciado durante o governo do vice-rei Afonso de Noronha (g. 1551-1554), e localizado defronte da aldeia de Pangim, na zona mais estreita da barra do rio Mandovi<sup>5</sup>. Esta fortificação e a igreja homónima próxima, fundada pelos missionários franciscanos em 1555, constituíram a testa-de-ponte da ocupação portuguesa de Bardês.

Durante o longo reinado de Ibrahim Adil Shah II (r. 1580-1627), as relações entre o sultanato de Bijapur e o Estado da Índia foram essencialmente pacíficas, permitindo aos portugueses edificar igrejas e povoar e granjear as aldeias e “prazos” das zonas mais expostas de Bardês, vectores que consolidaram a administração portuguesa no território. Enquanto que a igreja de São Jerónimo de Mapuçá – importante aldeia ou vila no interior de Bardês – foi fundada em 1594<sup>6</sup>, nas aldeias limítrofes de Colvale, Tivim, Ucassaim e Moirá, as igrejas respectivas

ABSTRACT

Título

????????????????????

**Imagem 8**  
José Pinhão de  
Matos, “Vista de  
Goa” (pormenor),  
séc. XVIII, ant.  
1739 (MNA)



foram fundadas por missionários franciscanos entre 1591 e 1636<sup>7</sup>. Quanto ao emprazamento das aldeias, os documentos são mais escassos. A título de exemplo, sabe-se que em 1571 a aldeia de Tivim foi aforada “*em tres vidas*” a Gonçalo Guedes de Reboredo, militar que se havia distinguido na guerra contra o Sultanato de Bijapur que terminou nesse mesmo ano<sup>8</sup>.

No alvorecer do século XVII, devido essencialmente à ameaça das embarcações holandesas, iniciou-se a construção do forte de Aguada, aproximadamente 3 km a oeste da posição de Reis Magos, igualmente sobre a barra do Mandovi<sup>9</sup>. Aparentemente, ainda não existia nessa conjuntura qualquer outra posição fortificada em Bardês para além dos Reis Magos, embora o mapa de Goa de Godinho de Erédia, datado de 1610, assinala uma posição perto da aldeia de Colvale, legendada como “*Paço de Colauale*”. Colvale era um local de atravessa-

mento fluvial para as terras de Bijapur, ao longo de uma importante via terrestre que ligava a zona da fortificação de Reis Magos a Mapuçá e à terra firme indiana. A partir de Colvale arrancava a principal ligação terrestre entre Goa e Bijapur, capital do sultanato homónimo. É possível que tenha existido uma torre ou casa-torre associada ao “*paço*” de Colvale, assim como noutros locais em Bardês, e à semelhança do que ocorria no território da Província do Norte<sup>10</sup>, embora tal suposição não tenha sido confirmada. Também é possível que entre as igrejas fundadas pelos franciscanos, algumas tivessem características defensivas, tais como paliçadas ou torres. Seja como for, as três primeiras décadas de Seiscentos foram um período relativamente pacífico para as fronteiras de Bardez, permitindo a continuação do processo de consolidação colonial iniciado após o conflito de 1570-1571.



As preocupações defensivas relativamente às fronteiras de Goa regressaram por volta de 1626, ano em que foi entronizado o sultão Muhammad Adil Khan (r. 1626-1656), um menor, sendo o governo de Bijapur efetivamente entregue a uma dupla de regentes. Quando o vice-rei Miguel de Noronha desembarcou em Goa no início do seu governo, a situação havia piorado e a ausência do embaixador do sultanato refletiam a tensão diplomática. Nesse mesmo ano de 1629, e face à crescente ameaça de um ataque vindo de terra firme, o ouvidor da província de Salcete, Isidoro de Lemos de Mesquita, escrevia a D. Filipe III, propondo-lhe o projeto de “ilhar” as terras de Salcete, de modo a melhor se defenderem de Bijapur. No ano imediato, D. Filipe III referiu também o projeto de “ilhar” a província de Bardês ao vice-rei, numa carta datada de 30 de Março de 1630. Nessa missiva, considerava-se a iniciativa menos onerosa do que o projeto análogo para a província de Salcete. A iniciativa assentava na abertura de um canal navegável entre as aldeias de Tivim e Colvale<sup>11</sup>.

Ainda nesse mesmo ano, em virtude da concentração de forças do sultanato na cidade de Pondá<sup>12</sup>, e da correspondência trocada entre o seu “havildar” e o vice-rei português, o Conselho de Estado abordou as tensas relações com Bijapur e a segurança das fronteiras de Goa<sup>13</sup>. A situação tornou-se mais delicada em Novembro de 1630, altura em que a “muita gente ajuntada” em Pondá fabricava “panellas de poluora, bombas e outros petrechos de guerra”, havendo ainda notícia de “boyadas carregadas de bambus e cõ cargas de poluora que se trazião” para a mesma cidade fronteiriça<sup>14</sup>. É provável que as obras de fortificação em Tivim tenham começado em 1631, espoletadas por estas ameaças<sup>15</sup>.

A conjuntura de crescente tensão inverteu-se temporariamente com uma invasão mogol e cerco à capital de Bijapur em inícios de 1632<sup>16</sup>. Suposto que a situação nas fronteiras de Goa ficasse assim momentaneamente aliviada, as obras em Tivim prosseguiram, sendo que em Novembro de 1632, Miguel de Noronha informava o reino que as obras para fortificar as “terras de Bardez” haviam já arrancado, e que os respectivos encargos poderiam ser repartidos pelo Estado, pelos particulares, e pelas “rendas dos pagodes”<sup>17</sup>. Em meados de 1634, o mesmo

vice-rei mencionava uma revolta contra “Mamederaja”, capitão de Pondá “e todo o Concão”, o que tinha precipitado a aproximação de um exército do sultanato de Bijapur para repor a ordem. Como medida preventiva, efetuaram-se reparos na fortificação de Rachol e “passos” de Salcete<sup>18</sup>.

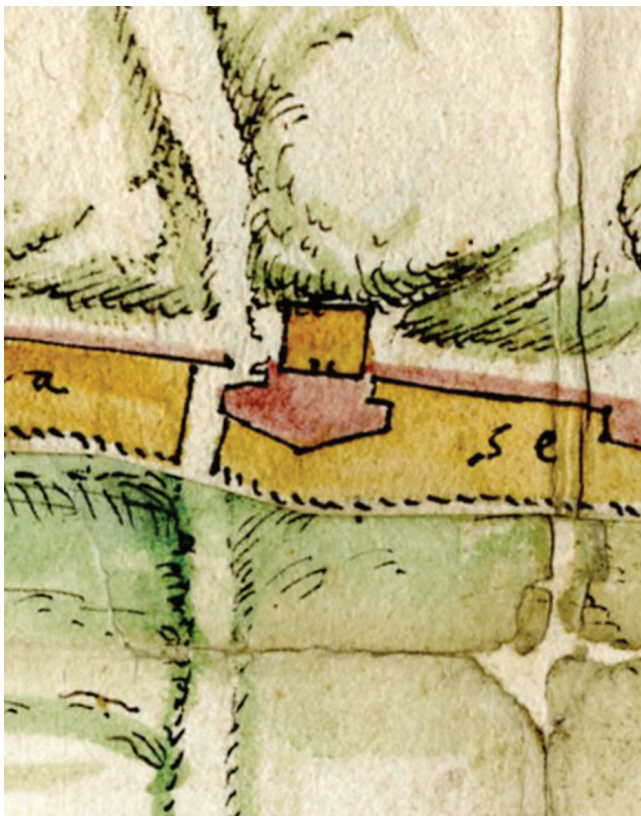
A 30 de Setembro de 1634, o vice-rei Miguel de Noronha registou a seguinte entrada no seu diário: “Depois de pella manhã dar audiencias e despachar petições, me fui a Thiuy, que he hum paço onde partem as terras de Bardes cõ a terra firme, o qual mando fortificar com hum muro pera impedir a passagem aos mouros, a qual fortificação vay ja em muito bom ponto”<sup>19</sup>. Em inícios do mês de Outubro, ocorreu novo momento de crise, mas volvida uma semana, o capitão-mor Duarte Lobo, que assistia no “paço de Thiuy, com sua gente”, informava o vice-rei que o “mogor” vinha “contra Vizapor [Bijapur] da qual esta ja somente nove legoas [ca. 60 km]”<sup>20</sup>. Na missiva de 1 Dezembro de 1634, Miguel de Noronha informava que a nova fortificação na Província de Bardês estava já “defensavel”, apesar da falta de cal e “de engenheiros.” O vice-rei referia também a remessa de uma “planta” da fortificação conjuntamente com a carta, ou numa carta anterior<sup>21</sup>. Em 1635, o essencial das obras do principal baluarte da fortificação estavam concluídas, como atestava a seguinte inscrição colocada sobre a sua porta ocidental:

“REIÑANDO O CATHOLICO REI D. FILIPE 3.º  
GOVERNANDO ESTE ESTADO O  
VIGILANTISSIMO D. MIGVEL DE NORONHA  
CONDE DE LINHARES FEZ ESTA OBRA 1635”<sup>22</sup>

Esta posição defensiva implantava-se junto à ponte que atravessava a “qava”, sensivelmente no ponto médio dos 2,9 km que separavam o rio de Chaporá, a norte, da ribeira de Sirsaim, do lado sul. A posição guardava assim o caminho por onde “sempre foi estilo passar o sal [...] por terra em boyadas”, e ligava Mapuçá à importante vila de Bicholim, posto avançado do sultanato de Bijapur<sup>23</sup>.

As obras prosseguiram aparentemente a bom ritmo até o final do governo do vice-rei Miguel de Noronha, que cessou funções a 8 de Dezembro de 1635<sup>24</sup>. Numa

Imagem 5  
"Planta colorida..."  
(pormenor), ca.  
1634 (Ms. 677, fl.  
40, BGUC)



carta escrita pelo seu sucessor Pêro da Silva (g. 1635-1639), a fortificação dos “muros de Tivy” foi listada como uma das poucas obras concluídas pelo conde de Linhares, sendo o tom do novo governador muito crítico relativamente ao desempenho do seu antecessor, com quem teve um desentendimento logo à chegada a Goa<sup>25</sup>.

As relações entre o Sultanato de Bijapur e o Estado da Índia voltaram a piorar em 1653<sup>26</sup>. No último quartel desse ano, começaram a surgir notícias da ausência de pessoas influentes das aldeias limítrofes de Bardês para as terras do sultanato de Bijapur, e das movimentações de tropas do outro lado da fronteira. Face à gravidade da situação, o Conselho de Estado abordou em Dezembro a questão do “concerto de muros de Tiuy”<sup>27</sup>.

Efetivamente, após alguns meses de “proibição do mantimento e trato” entre Bijapur e Goa, a situação veio a “rompimento” na “madrugada” de 12 de Agosto de 1654. Tivim foi atacada pelo “capitão Abdulá Aquimo” que investiu a fortificação “sem ser sentido”, com uma força de quatro mil homens<sup>28</sup>. A defender a posição estava o capitão Nicolau de Moura com um pequeno contingente. As

forças do sultanato destruíram “hum pedaço de muro por onde entrarão”, tendo Nicolau de Moura retrocedido para uma igreja próxima – provavelmente São Cristóvão – e depois retirado para Velha Goa<sup>29</sup>. Contudo, volvidos dois dias, uma força portuguesa de trezentos e setenta homens sob o comando de António de Sousa Coutinho reocupou a Província de Bardês e a fortificação de Tivim, sem contender com o exército do sultanato, que recuou para a terra firme. Brás de Castro informou o reino que, nessa ocasião, ordenou “fortificar e fazer hum beluarte caualeiro” num sítio perto ou justaposto ao sistema de Tivim, embora não fique claro qual o local preciso dessa estrutura defensiva<sup>30</sup>.

Em Outubro de 1654 chegou a Goa a notícia de que o sultanato havia suspenso as hostilidades com o Estado<sup>31</sup>. Mas em meados do ano seguinte, o conflito ameaçou reacender-se. Nessa ocasião, face a um ajuntamento de “setecentos cavallos, e alguma gente de pé” nas vizinhanças de Bardês, o vice-rei Rodrigo Lobo da Silveira propôs reforçar a guarnição da fortificação de Tivim<sup>32</sup>. Prosseguiram também as obras “da cava”, considerada “cousa de muita importacia para a deffença daquelle sitio”. As obras estavam a cargo do “recebedor” ou tanadar de Bardês, André Caldeira<sup>33</sup>. A 4 de Setembro de 1655, a fortificação foi visitada pelo referido vice-rei, que anotou no seu diário ser necessário “muito tempo e dinheiro para se acabar” a iniciativa<sup>34</sup>, referindo-se no mês seguinte em Conselho de Estado que “se fazião grandes despesas com os presidios de Rachol, Tiuy e Coloale [Colvale]”<sup>35</sup>.

A partir da segunda metade de Seiscentos, o sultanato de Bijapur entrou em declínio acentuado. Nas regiões a leste e a norte de Bardês, a linhagem marata Savánt sedeada em Vadi (ou Varim) adquiriu progressivamente grande autonomia<sup>36</sup>. Apesar de ainda serem oficialmente sardessais feudatários do poder central de Bijapur, a galvanização e sublevação de vários clãs maratas por todo o sultanato, aliadas aos desígnios expansionistas do Império Mogol e outros factores, conduziam ao enfraquecimento do poder central do sultanato do Deção. Assim, entre ca. 1625 e 1640, o sardessai Khem Savánt I autonomizou-se e o seu sucessor, Som Savánt, expandiu o seu território, conquistando também a base dos dessais de Kudal<sup>37</sup>. É plausível que o Estado da Índia





tenha favorecido os sardessais de Vadi, interessado em rodear Goa com pequenos estados ou nações-tampão de modo a melhor se defender das grandes potências confinantes. Nas palavras de Nery Xavier, “*Quema Saunto, apesar do Marata, e do [...] Idalcão, soube manter-se no poder, creado por si e pela sua descendencia, com a protecção dos Portuguezes*”<sup>38</sup>.

Porém, a ascensão do líder marata Shivaji Bhosle veio de facto destabilizar a situação. Entre 1652 e 1662, Shivaji logrou submeter os sardessais de Vadi à sua causa expansionista. Note-se como ambas as linhagens pertenciam ao clã guerreiro Bhosle, (re)conhecido pelos portugueses da época como os *Bonsulós*. Assim, a partir de 1662, Bardês ficou exposta às incursões de Shivaji e da sua veloz cavalaria ligeira, embora as forças do sultanato de Bijapur ainda tivessem reocupado parte das zonas limítrofes de Goa, como aconteceu com em 1664<sup>39</sup>. Até à morte de Shivaji, em 1680, viveu-se um clima de grande instabilidade em Goa, com o conflito tripartido entre maratas, sultanato de Bijapur e Império Mogol, para além das revoltas e alianças pontuais dos vários sardessais ou dessais que militavam nas regiões em redor do território Goês. Consequentemente, foram várias as ocasiões e escaramuças associadas à fortificação de Tivim no contexto desse período muito conturbado<sup>40</sup>.

A incursão mais fulgurante terá sido aquela de 20 de Novembro de 1667, altura em que Shivaji e a sua cavalaria irromperam em Bardês. Muito provavelmente, esta ação constituiu uma retaliação pelo apoio português a “*Locumu Saunto*” e “*Narobá Saunto*”, membros

da família dos sardessais de Vadi e Kudal, e ainda aos dessais de Perném, no contexto de uma revolta contra Shivaji. Estes sardessais tinham atacado tropas maratas perto de Vengurla<sup>41</sup>, partindo de território goês e empregando “*alguns portugueses e topazes*”<sup>42</sup>. Aparentemente, a incursão de Shivaji não causou danos na fortificação de Tivim, tendo sido celeremente negociadas pazes com o Estado<sup>43</sup>.

Com a chegada do vice-rei Francisco de Távora a Goa em 1681, a aliança entre o Estado da Índia e o Império Mogol tornou-se mais expressiva, tendo em vista sobretudo a derrota de Sambhaji Bhosle (r. 1680-1689), filho de Shivaji, e constatando também a inevitabilidade da anexação do sultanato de Bijapur pelos mogóis, o que veio a acontecer de facto em 1686. Foi devido ao apoio prestado pelo Estado da Índia aos mogóis durante a sua conquista das cidades de Kalyan (Galiana) e Bhwindi (Biundy) nas fronteiras da Província do Norte que Sambhaji desencadeou a campanha de 1683-1685 contra os portugueses. Assim, em Novembro de 1683, as tropas de Sambhaji invadiram Bardês, conquistando facilmente Tivim, apesar dos seus “*três fortes*” estarem “*muito bem artilhados*”. Na fortificação assistia o capitão-geral de Bardês, Cristóvão de Sousa Coutinho, com cerca de cento e cinquenta soldados portugueses. Estes foram capturados e levados para o campo inimigo<sup>44</sup>.

Os “*três fortes*” de Tivim mencionados acima seriam muito provavelmente a posição ou torre de Colvale, o baluarte do meio ou de São Miguel; e a posição de São Tomé, recentemente concluída. Segundo Nery Xavier, na posição ou baluarte de São Tomé de Tivim existia uma inscrição com o ano de 1681, provavelmente o ano de conclusão do essencial da obra<sup>45</sup>. Esta posição situava-se imediatamente a sul da igreja de São Cristóvão e estava unida ao sistema amuralhado, constituindo provavelmente o seu remate a sul, aumentando o comprimento da fortificação para cerca de 3,8 km<sup>46</sup>.

Sambhaji conquistou rapidamente as províncias de Bardês e Salcete – à excepção de um punhado de fortificações – e ainda a ilha de Juá (Santo Estêvão). Quando já se acercava da ilha de Tiswadi um numeroso exército marata para intentar a conquista de Velha Goa, surgiu em inícios de Dezembro de 1683 a notícia de que se

**Imagem 6**  
Igreja de N. Sra. dos Milagres de Vadi (fundada em 1652 e demolida em 1977), ca. 1930 (n.º id. 26278, col. Souza e Paul, ICT).

aproximava um grande exército mogol de Bicholim, o que fez Sambhaji retroceder. Pouco depois, em Janeiro de 1684, surgia ao largo de Goa uma armada mogol, com abastecimentos para o referido exército. Assim, a capital do Estado da Índia foi salva *in extremis* pelos exércitos mogóis, tendo-se assinando em Pondá as célebres tréguas luso-maratas de Fevereiro de 1684. Apesar desse instrumento, a evacuação de Bardês e a libertação dos soldados portugueses não foi imediata<sup>47</sup>

Após a ofensiva de Sambhaji, o vice-rei Francisco de Távora determinou proceder à obra da “cava” de Tivim, ou seja, implementar ou concluir a medida defensiva ventilada desde pelo menos 1629, com o objectivo de “ilhar” a Província de Bardês. Numa carta ao reino data da de Janeiro de 1685, o vice-rei informava acerca da necessidade de efectuar obras em Tivim, conforme a decisão do Conselho de Estado reunido a 8 de Dezembro de 1686. Essa decisão fora tomada com base no parecer do engenheiro Manuel Peres da Silva: “A fortificação de Tivim he hum simples muro comprido, feito em parte da fronteira de Bardês, com humas três pequenas atalaias, a que aqui chamam fortes. Ella he de pouca utilidade. Ella tem hum fosso que se fez para dividir as nossas terras das do inimigo, o qual em parte não está acabado, e deve concluir-se”.<sup>48</sup>

Em finais de 1688, o vice-rei Rodrigo da Costa informava a metrópole que os trabalhos defensivos mais importantes a decorrer em Goa eram a “cava de Tivy” e as obras na fortificação de Mormugão, e que em ambas se trabalhava com diligência<sup>49</sup>. Contudo, a escrever a 23 de Janeiro de 1688, a Câmara da Província de Bardês informava Lisboa que havia contribuído com a soma de 36.202 xerafins “para abrir a cava das fronteiras de Tivim, e havendo hoje para isso mais de três anos, a não têm feito, e está a obra parada com poucos princípios, e não sabemos que fim poderá ter. Edificámos só às nossas custas o forte de São Thomé de Tivim e proximamente o forte de Chaporá. Têm nos obrigado para o concerto de todos os fortes e muros das fronteiras de Tivim, que por vezes temos feito”. A mesma Câmara estava obrigada a fornecer quatro mil homens “pagos às nossas custas, que dizem ser para a defesa das Terras, que assistem todos nos Muros e Fronteiras de Tivim ou nas praias”<sup>50</sup>.

Entretanto, as relações entre o Estado e Khem Savánt II, que se ia “fazendo outro segundo Siuagi”, degeneraram nos primeiros anos do século XVIII, sendo que o vice-rei Caetano de Melo e Castro declarou guerra aos sardessais de Vadi e Kudal em 1704<sup>51</sup>. No ano imediato, o vice-rei ocupou as pequenas ilhas de Corjuém e Panelém<sup>52</sup>, edificando em cada uma um “forte de fachina em que se montarão algumas peças”, tendo ainda assediado e demolido a fortificação de “Ambona”, perto da aldeia de Amona, a ca. de 2,6km a leste da ilha de Juá, e atacado também a posição de Bicholim<sup>53</sup>. As ilhas foram formalmente anexadas em 1706, ano em que se começaram a substituir as “fachinas” por estruturas de pedra e cal<sup>54</sup>.

A década seguinte foi algo mais pacífica nas fronteiras de Bardês, assinalando-se apenas alguns raides e a destruição da igreja de Revorá, altercações resolvidas pelo tratado de 1712 entre o vice-rei Rodrigo da Costa e o sardesai “Fondú Saunto Bonsuló”<sup>55</sup>. Foi nessa conjuntura que se edificou – ou se concluiu – uma posição fortificada próxima do sistema de Tivim, embora aparentemente desligada das suas muralhas: o denominado “Forte Novo”, perto da aldeia ou lugar de Danuá<sup>56</sup>, aproximadamente 1,8 km a sudeste da igreja de São Cristóvão. Segundo Filipe Nery Xavier, ostentava a data de 1713 numa inscrição, que também aludia ao capitão “Julio Cezar de Menezes”<sup>57</sup>. Não foi possível determinar a localização precisa do “Forte Novo” de Danuá nem obter mais informações acerca da sua história<sup>58</sup>.

Contudo, em 1717, as relações luso-maratas entraram em novo ciclo bélico, à medida que o reunificado reino marata retomava o seu rumo expansionista, ao mesmo tempo que o Império Mogol entrava em inexorável declínio e fracturação. Nesse mesmo ano, no contexto de uma revolta do filho do sardesai Phond Savánt II, os portugueses decidiram recolher “pera dentro dos muros de Tivy tudo o que fosse das aldeas” extra-muros, “porque não havendo nellas fatto, nem gados, se não podiam reccar que o inimigo os entrasse, pois não podia fazer mais danno, que queimar algumas palhotas”. Simultaneamente, ordenava-se ao general da província para “defender com toda a gente os muros pera segurança das terras de Bardes”. Esta decisão acontecia no rescaldo de uma incursão marata



sobre Salcete em finais de Abril de 1717, durante a qual foram saqueadas as aldeias e igrejas de Margão, Conculim e Verodá<sup>59</sup>. Aparentemente, houve também um intento marata sobre as aldeias “*extramuros*” de Bardês, defendidas nessa conjuntura unicamente pelos “*ranes*” convertidos e seus lascarins<sup>60</sup>.

As relações com os Savánts de Vadi e Kudal mantiveram-se conflituosas durante o governo do vice-rei João Saldanha da Gama (g. 1725-1732), passando então os portugueses novamente à ofensiva ao longo das fronteiras de Goa. O vice-rei ordenou em 1726 nova investida sobre Bicholim, a uns escassos 10 km da igreja de São Cristóvão de Tivim<sup>61</sup>. Essa expedição ficou registada no relato do militar André Ribeiro Coutinho, publicada em Lisboa dois anos após a campanha. Nessa obra, Coutinho informa que, durante os preparativos para o ataque, os “*muros de Tivim se guarnecerão com os Melcares*”, que o autor elucida como sendo “*a gente de ordenança*”<sup>62</sup>. O “*Regimento do Estado*”, sob o comando do próprio André Ribeiro Coutinho – designado como “*segundo cabo, e Comandante de toda a Infantaria*” da operação –, fez os seus exercícios no dia 18 de Maio, no “*campo de Tivim*”, na presença do vice-rei.<sup>63</sup> Tomada a posição de Bicholim pelos portugueses ainda em Maio, as hostilidades findaram pouco depois, com o tratado de pazes assinado em Goa a 22 de Agosto de 1726<sup>64</sup>.

Apesar desse concerto, a situação com os sardessais de Vadi manteve-se tensa nos anos seguintes. Contudo, não foi possível localizar registos de intervenções em Tivim durante a década subsequente. Que a obra do fosso nunca foi terminada fica claro por uma carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas conde de Sandomil dataada de Janeiro de 1739, onde afirmava que no “*respeita à cava dos muros de Tivim*”, se esta tivesse sido concluída, os habitantes de Bardês se “*acharião agora com menos cuidado na sobredita deffença*” da província<sup>65</sup>.

A 5 de Março de 1739, as forças do sardessai Ramchandra Sávant, em coordenação com o reino marata, atacaram o sistema de Tivim, “*arrimando as escadas na cortina entre a meya laranja e o Forte de Coloale, onde não tinha fosso*”<sup>66</sup>, tendo a pequena guarnição portuguesa morrido durante o combate. Esta ação possibilitou ao sardessai ocupar toda a província de Bardês, à exceção

das fortificações de Reis Magos e Aguada, posição onde se refugiou o general da província, Francisco de Melo e Sousa. O vice-rei ordenou também a evacuação das ilhas de Corjuém e Panelém<sup>67</sup>. Apesar dessa derrota, o vice-rei Pedro de Mascarenhas ainda enviou algumas embarcações ligeiras para tentar recuperar a artilharia e munições da fortificação de Tivim<sup>68</sup>.

Em Novembro do mesmo ano de 1739, os portugueses alcançaram reocupar “*por espaço de alguns dias*” a fortificação de Tivim. Nessa campanha, grande parte dos soldados que reocuparam Bardês tinha vindo de Baçaim, após o fatídico cerco e rendição daquela cidade da Província do Norte. Durante esse breve período, os “*paizanos*” que acompanhavam as tropas portuguesas “*se occuparão em alevantar os muros*” da fortificação<sup>69</sup>, visto que se “*achavão demolidas parte das suas defensas*” em virtude da ocupação das forças de Vadi e Kudal<sup>70</sup>. Contudo, quando procuraram atacar as forças do sardessai perto da aldeia de Aldoná<sup>71</sup>, foram novamente derrotados, tendo as “*melhor quatro companhias de granadeiros*” do corpo afecto ao tenente-coronel João Malhão de Brito sido “*passadas a espada*”<sup>72</sup>. Perdeu-se assim mais uma vez a fortificação e província, recolhendo as tropas portuguesas novamente a Aguada e Reis Magos<sup>73</sup>.

Após dois ou três meses de negociações, o Estado chegou a acordo com o sardessai Ramchandra Sávant através do tratado de 28 de Fevereiro de 1740, alcançando reaver a Província de Bardez poucos dias mais tarde – mas não a ilha de Corjuém<sup>74</sup>.

Porém, volvido um ano, em Fevereiro de 1741, o sardessai atacou novamente e conquistou a fortificação de Colvale, parte do sistema de Tivim, e outras posições no norte de Bardês. Colvale foi reconquistada por soldados portugueses sob o comando do capitão-geral da Província Manuel Soares Velho, após breve cerco a 13 de Junho de 1741. No mesmo dia, o tenente-coronel Luis Pierrepont ocupou as restantes posições do sistema de Tivim, entretanto abandonadas pelas forças indianas, assim como o forte de Chaporá, na orla litoral da Província<sup>75</sup>. Consequentemente, o Estado da Índia conseguiu reocupar novamente as terras de Bardês num único dia<sup>76</sup>. Afigura-se verosímil que parte considerável das mura-

lhas de Tivim tivesse ficado em ruínas face a todos estes embates militares no espaço de dois anos.

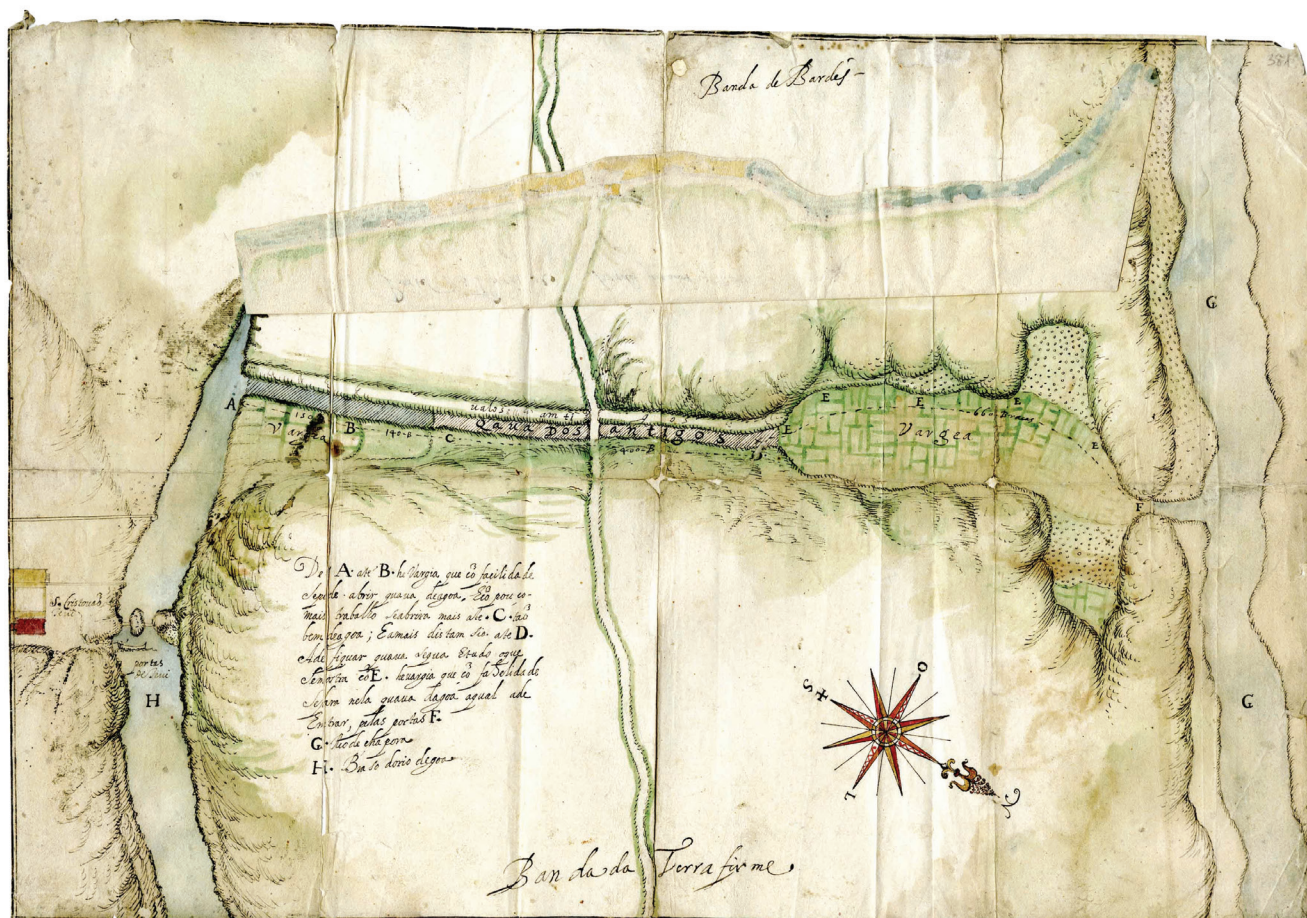
Durante o governo do vice-rei Pedro de Almeida Portugal e Vasconcelos (g. 1744-1750), os portugueses alcançaram tomar várias fortificações nas terras dos Savánts de Vadi e Kudal, incluindo Bicholim, Alorna, Arabó, Tiracol, e Rerim<sup>77</sup>, o que diminuiu em boa medida a capacidade ofensiva daquela nação indiana. Era o passo decisivo do processo das “Nova Conquistas” em Goa – embora com alguns reveses para os portugueses –, e que ditou a perda de importância estratégica do sistema de Tivim, concomitantemente com a imposição da *Pax Brittanica* nas regiões em redor de Goa. Assim, a fortificação foi desguarnecida por ordem régia de 1810<sup>78</sup>, dando início ao processo de ruína e desmantelamento das suas muralhas. Em 1815, desmantelaram-se as “Casas do General [da Província de Bardês], e as Tercenas de Tivim, por Despacho”<sup>79</sup>. Manteve-se aquartelado na aldeia

de Colvale, até 1841, o terceiro batalhão do regimento de Caçadores da Índia Portuguesa, ano em que foi transferido para a Mapuçá<sup>80</sup>. A partir dessa data, o sistema fortificado de Tivim ficou totalmente e definitivamente abandonado.

#### > Descrição sumária do documento “Planta colorida...”

O documento iconográfico catalogado como “*Planta colorida das Terras de Bardez, em Gôa, com a indicação de obras a realizar*,” encontra-se dobrado e inserido no Ms. 677 do fundo de Reservados da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra<sup>81</sup>. Mede aproximadamente 30 cm por 18 cm e no seu verso ostenta o número de fôlio 404. Os restantes documentos do volume Ms. 677 datam do século XVIII, sendo que apenas alguns dizem respeito ao Estado da Índia, e nenhum refere qualquer projeto defensivo para a região de Bardês. Entre os fôlios

**Imagem 1**  
“Planta colorida das Terras de Bardez, em Gôa, com a indicação de obras a realizar”, ca. 1634 (Ms. 677, fl. 40, BGUC)





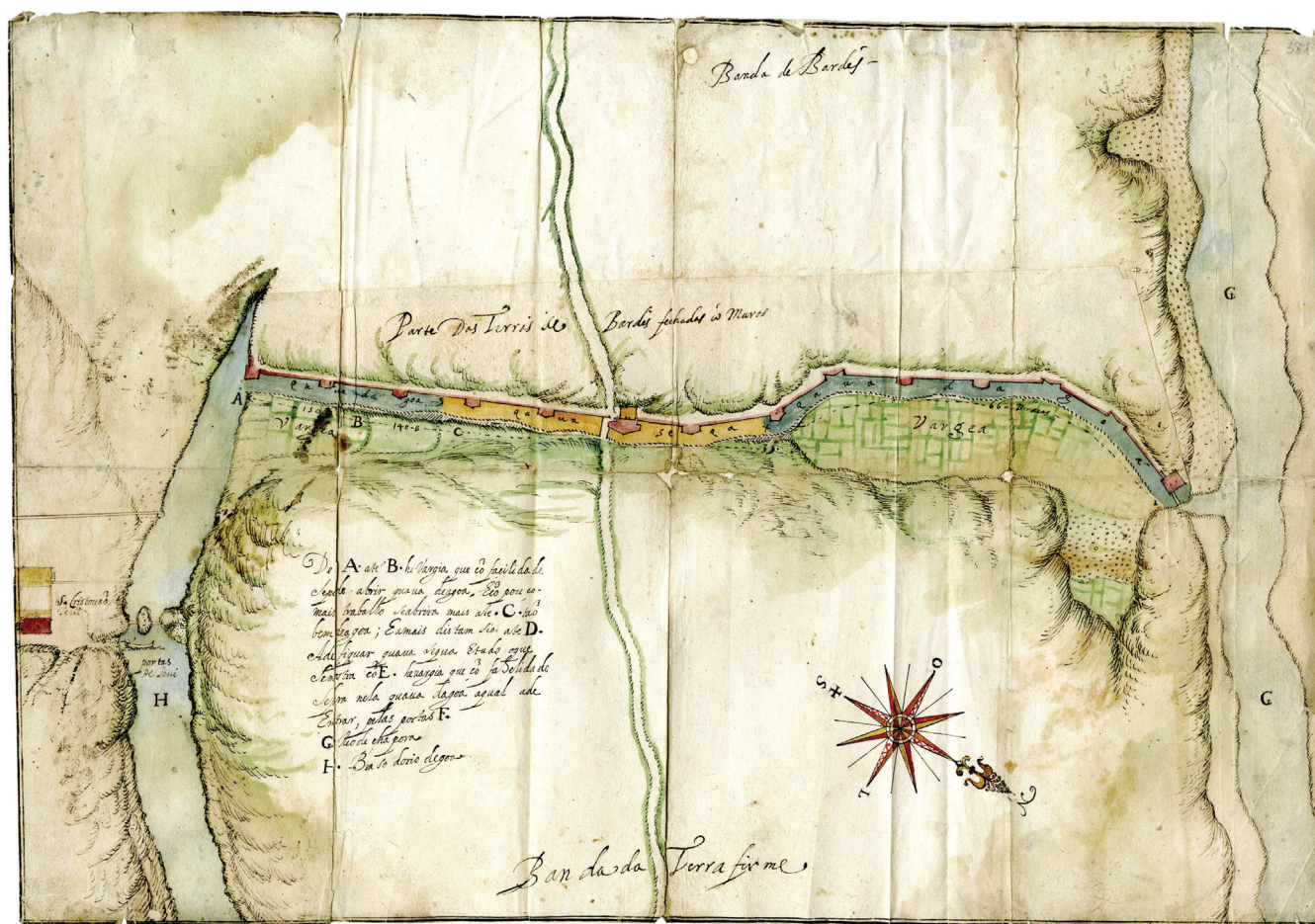


Imagem 2  
"Planta colorida..."  
(com adicional  
rebaixado),  
ca. 1634 (Ms. 677,  
fl. 40, BGUC)

412 e 414 existe uma relação do ataque português à fortificação de Pondá em Maio de 1742, no tempo do governo de Luís Xavier de Meneses marquês do Lourical. Contudo, o Ms. 459 da mesma Biblioteca contém no fôlio 388 uma "Lista das consultas do Estado que forão no correo ordinario de Novembro de 1635", onde se refere um documento que pode estar associado ao mapa: "Sobre a fortificação de Bardez e enegenheyros que são necessarios para as de Salsete". Na verdade, nenhum dos documentos listados nesse índice constam do Ms. 459 – com apenas uma exceção –, não tendo sido possível localizá-los noutros volumes manuscritos relacionados com o Estado da Índia pertencentes ao mesmo fundo.

O mapa em si não apresenta título, data ou autor, o que reforça a ideia de que acompanhava e ilustrava uma missiva enviada de Goa para a Europa. Não contém escala mas assinala os pontos cardinais. Um dos seus aspectos mais interessantes é uma componente adicional

desdobrável colada sobre o suporte principal onde está desenhada uma estrutura defensiva. Levantando essa componente, vê-se a mesma porção de território sem qualquer intervenção arquitectónica, ou seja, o terreno preexistente (fig. 1). Na parte inferior do lado esquerdo, surge a seguinte nota:

"De 'A' até 'B' he Vargia que cõ facilidade se pode abrir quava de agoa. E cõ pouco mais trabalho se abrira mais até 'C' tãobem de agoa. E a mais distmasia ate 'D' Ade fiqvar quava sequea. E tudo o que se mostra cõ 'E' he vargia que cõ fasealidade se fara nela quava dagoa a qual ade entrar pelas portas 'F'.

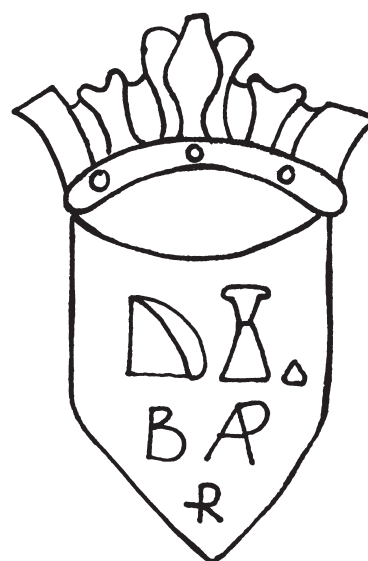
'G' Rio de chapora. 'H' Braso do rio de goa"

Para além desta legenda principal, assinalam-se vários outros pontos no mapa. Destaca-se uma edificação assinalada como "S. Cristovaõ de Tevi" e junto do

Imagem 3  
"Planta colorida..."  
(pormenor),  
ca. 1634 (Ms. 677,  
fl. 40, BGUC)



Imagem 4  
"Planta colorida..."  
(marca d'água),  
ca. 1634 (Ms. 677,  
fl. 40, BGUC)



desenho de uma embarcação e talvez uma ponte, surge a legenda "portas de Tevi" (fig. 3). Na parte superior do mapa identifica-se uma área designada como "Banda de Bardês", enquanto que na parte inferior, lê-se "Banda da Terra firme". Com a componente colada dobrada para trás, surgem as letras de "A" a "F" referidas na legenda principal, para além de algumas outras indicações, "Vargea", "valos antigos" e "Qava dos antigos", e ainda a indicação de medidas em braças ao longo desses elementos.

Baixando a componente colada e sobrepondo-a ao suporte principal (fig. 2), surge então o projeto defensivo propriamente dito, colorido a vermelho, contendo diversos baluartes e posições ao longo de uma muralha, que acompanha os fossos e várzeas referidas anteriormente. Nessa componente surge a legenda "Parte das Terras de Bardês fechadas cõ os Muros". Apesar do mapa não apresentar escala, o comprimento aproximado do sistema linear fortificado pode ser estimado em 3,1 km, tendo em conta a confrontação do documento com imagens de satélite. A muralha é rematada por uma posição de implantação quadrada a norte, e um baluarte angular a sul. Na zona da cava, surge alternadamente "Qava dagoa", "Qava seqa" e "Qava dagoa". Sensivelmente a meio da muralha destaca-se um baluarte angular maior

com orelhões, ao qual se anexa um estrutura de planta quadrangular. Também junto deste baluarte existe uma ponte que transpõe o fosso ou canal projectado numa secção designada por "qava seqa". Este baluarte central foi o primeiro a ser edificado – iniciado em 1630 ou 1631 –, ficando com a denominação de São Miguel, em honra do vice-rei fundador. Mais tarde, veio a ficar conhecido como "Forte do Meio". Para além desta posição e das duas a rematar a muralha, existem no projeto mais oito baluartes e três outras posições de flanqueamento. Atravessando todo o mapa, no sentido vertical, ou nordeste de acordo com os pontos cardinais, desenha-se um caminho viário, que intersecta a zona do projeto defensivo numa porta imediatamente a sul do baluarte do Meio.

O suporte contém uma marca d'água, reproduzida na fig. 4. Creio ser plausível que o presente mapa tenha acompanhado a carta enviada pelo vice-rei Miguel de Noronha conde de Linhares dirigida ao rei Filipe II data de 1 de Dezembro de 1634, que se encontra transcrita no *Livro das Monções n.º 20*, manuscrito do *Historical Archives of Goa*<sup>82</sup>. Mesmo que não tenha acompanhado essa missiva, sugiro o intervalo de 1630-1634 para a data de execução do documento em questão.





### > Iconografia e descrições do sistema fortificado

A fortificação de Tivim, com a sua porta e fosso, está sinteticamente representada na vista de Bardês incluída no conjunto iconográfico “*Descripçam da fortaleza de Sofala, e das mais da India...*” da autoria de António Mariz Carneiro e datado de 1639. Legendada como “*Tevi*”, perto da fortificação destaca-se para além do fosso, as igrejas de São Cristóvão e de São Francisco de Colvale<sup>83</sup>. Excluindo as representações que seguem de perto a obra de Mariz Carneiro e de Pedro de Barreto de Resende, não se conhece outra representação de Tivim datável do século XVII.

Tampouco se pôde constatar a representação da fortificação no elaborado quadro “*Mappa da Ilha de Goa e suas Adjacentes e das Terras de Salcete e Bardez...*” da autoria de Manuel Furtado, datado de 1716, e pertencente a uma coleção particular de Lisboa<sup>84</sup>.

Mas conhece-se o quadro de José Pinhão de Matos, pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga, obra anterior a 1739. Nesse quadro do território de Goês, a fortificação de Tivim surge claramente representada como uma fortificação linear, pontuada por três baluartes ou torres, e ainda duas portas nas secções intercalares da muralha. Não se representa o fosso nem qualquer linha viária. Destacado da muralha, e do seu lado sul, surge o “*Forte Novo*”, perto da aldeia de Danuá. A posição relativa das três posições de Colvale, do Meio e de Tivim, aparenta estar claramente relacionada com o território e inclusivamente com a igreja de São Cristóvão de Tivim.

No documento cartográfico com o título “*Planta da Ilha de Goa na India e suas Terras confinantes*” atribuído a F. d’Orgeval e publicado em 1747, a fortificação surge com uma legenda mais circunstanciada. As posições, ligeiramente destacadas da linha de muralha, estão assinaladas de norte para sul: “*Colloale*”; “*F. do Meyo*”; “*Tivim*”; e “*F. Novo*”<sup>85</sup>.

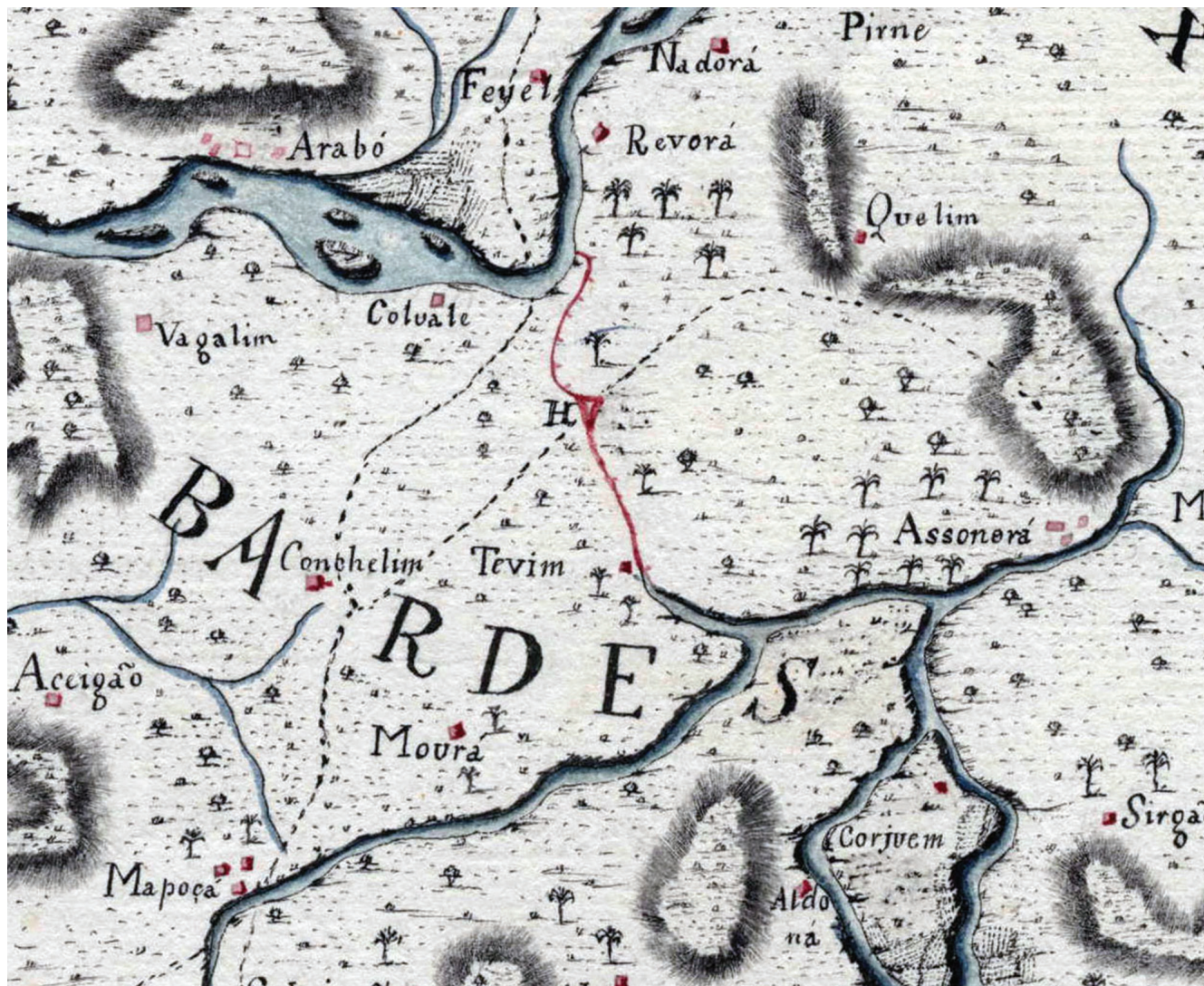
Contemporânea da representação referida acima, surge na “*Instrucção*” dada pelo vice-rei Pedro de Almeida Portugal marquês de Alorna ao seu sucessor a seguinte descrição da fortificação de Tivim: “[P]ela parte que olha para o terreno inimigo, he deffendida [a Província de Bar-

**Imagem 13**  
Aspecto atual das ruínas da Forte São Miguel ou do Meio de Tivim (Sidh Mendiratta, 2012).

**Imagem 7**  
Mariz Carneiro, “*Descripçam da fortaleza de Sofala...*”, Vista de Bardez (pormenor), 1639 (BNP)



Imagem 9  
 “Planta de huma  
 parte do territorio  
 de Goa”  
 (pormenor), 1817  
 (CART mo58,  
 D.721, AHU)



dês] por huma muralha forte pouco mais de hum quarto de legua [ca. 1650m], desde o Forte Novo, até Colvale, obra do Senhor Conde de Linhares; comprehendendo se nesta linha o mesmo Forte, o de Tivim, o do Meio, e o de Colvale, com um fosso principiado, e não concluido, que facilmente podia tornar esta Província Ilhada por todas as partes”<sup>86</sup>. A distância mencionada aparenta estar errónea.

No quadro intitulado “Mapa Topografico de Goa” estante na Biblioteca Nacional e datável de 1770-1777, o sistema é representado como uma muralha pontuada por cinco torres, entre as quais se abrem duas portas, tudo legendado de “Muros de Calvale”. Sobre duas pequenas elevações a ocidente da muralha, assinalam-se outras duas torres com o número “6” às quais corresponde a legenda “Forte do Meio e Colvalle; bem se ve que

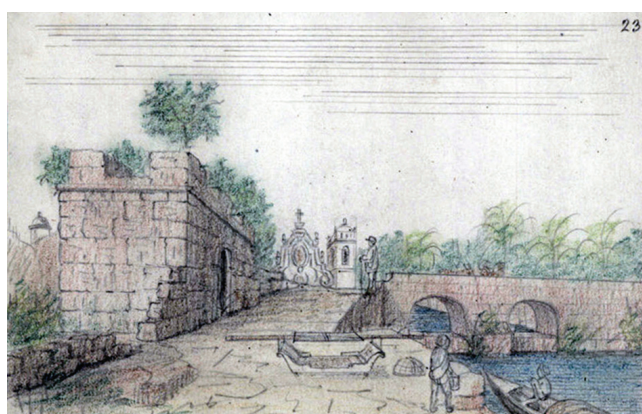
falta pouco para se abrir a Cava pella qual comunicando se os dous Rios ficaria Bardes huma Ilha”. Com o número “5” surge uma torre destacada do lado sul da muralha e que corresponde ao Forte Novo. Contudo, na legenda do quadro, lê-se: “5: Fortes de Tivim”<sup>87</sup>.

Na vista associada ao bispo fr. António da Purificação (António José de Noronha) intitulada “Plano e Perspectiva das Ilhas de Goa, suas Provincias...”, datável de 1772, representa-se o sistema de Tivim como uma muralha intercalada por seis baluartes ou torres, e duas portas, tudo assinalado com a letra “H”, à qual corresponde a legenda: “As fortalezas, e fortificaçoens dos Muros, e passo Seco dos Rios de Colvale”. Junto do último reduto do lado sul surge destacada a igreja de São Cristóvão de Tivim, e próximo dela, mas dissociado da muralha, represen-





**Imagem 10**  
 Jose Maria  
 Gonslaves,  
 "Mappa do  
 territorio  
 Portuguez de  
 Goa..."  
 (pormenor), 1843  
 (Huntington  
 Digital Library)



**Imagem 11**  
 António Lopes  
 Mendes, "Vista do  
 forte de São Tomé  
 de Tivim", ca. 1862  
 (Iconografia, D.A. 3  
 P, BNL)

**Imagem 12**  
 António Lopes  
 Mendes "Vista do  
 Forte de São  
 Miguel ou do Meio  
 de Tivim", 1862  
 (Iconografia, D.A.  
 3 P, BNL).



ta-se com a letra “I” a “Fortaleza nova”. Perto da aldeia e paço de Colvale, representa-se ainda a “A Caza do General da Província [de Bardês]”<sup>88</sup>.

Na carta de 1817 representado a parte setentrional do território Goês – baseada no célebre mapa do tenente James Garling de 1814 –, surge claramente assinalada a muralha de Tivim assim como o Forte do Meio, por onde passa a ligação viária entre Mapuçá e Bicholim. Surge também assinalada a aldeia de Tivim, polarizada pela igreja de São Cristóvão – mas desaparece por completo o Forte Novo de Danuá (fig. 9)<sup>89</sup>.

Igualmente no “*Mappa do Territorio Portuguez de Goa...*” datável de ca. 1843 e baseado no mesmo mapa de James Garling, assinala-se a linha da muralha, embora não seja discernível o que constitui estrutura defensiva e o que representa cursos de água ou secções de canal. O Forte Novo também está ausente. Ainda assim, este mapa constitui a representação mais rigorosa até agora localizada do sistema de Tivim para além da “*Planta colorida*” Seiscentista, destacando-se o número de baluartes ou obras de flanqueamento ao longo da muralha e também a importância e nitidez do relevo e do sistema viário (fig. 10)<sup>90</sup>.

A zona de Tivim foi visitada pelo médico veterinário António Lopes Mendes em 1863, que desenhou as ruínas do “*forte e caes*” de São Tomé e a ponte imediatamente a leste, com a fachada da igreja de São Cristóvão de Tivim em pano de fundo (fig. 11). O geógrafo desenhou também a entrada principal do baluarte do Meio ou de São Miguel, sobre a qual figurava ainda a pedrade-armas e inscrição do período do vice-rei Miguel de Noronha, conde de Linhares (fig. 12)<sup>91</sup>.

Já na década de 1930, a Comissão Permanente de Arqueologia do Estado da Índia efetuou uma inspeção a Tivim, tendo Rui de Menezes e Ricardo Michael Telles publicado um sucinto relatório da visita na publicação periódica “*Oriente Portuguez*”<sup>92</sup>. Nesse texto, os autores descreveram a “*fortificação de Tivim*” como uma “*muralha contínua, guarnecida de órgãos de flanqueamento de várias categorias, com suas obras avançadas, seus apoios, seus quartéis, seus paióis, etc*”. O seu traçado estava ainda “*perfeitamente marcado*” ao longo do território, excepto perto da aldeia de Tivim. Havia então “*trechos bem*

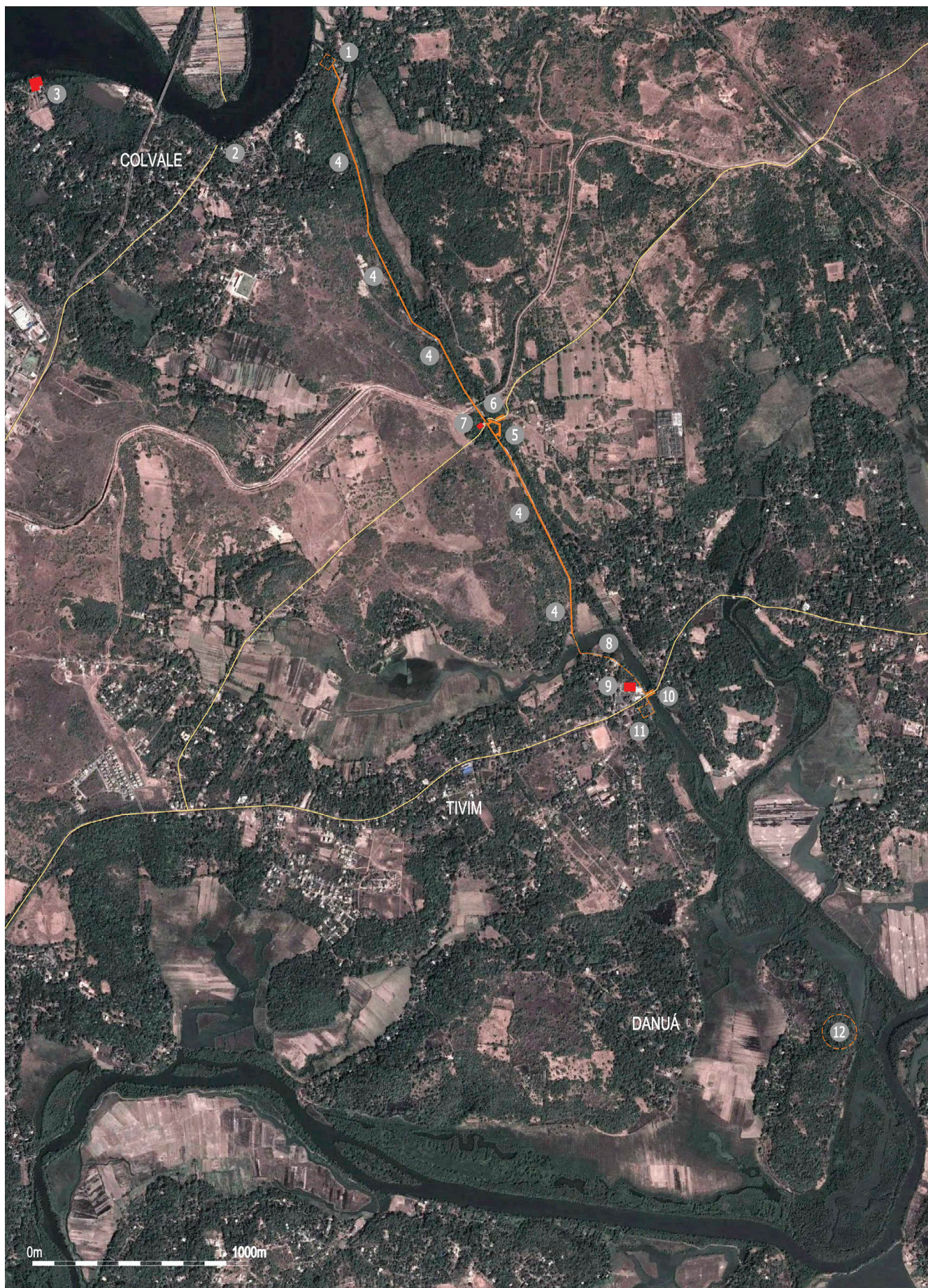
*conservados*” da muralha, “*quási intactos*”, para além de “*baluartes a que apenas*” faltava “*a parte superior, guaritas, etc*”. Uma das secções de muralha melhor preservadas foi descrita como tendo “*a espessura de duas pedras, toda seteirada e alta acima da cabeça de dum atirador de pé*”. Menezes e Telles afirmavam que este pano de muralha contínuo se estendia desde o “*Forte de Colvale*” até “*ao de Danuá*”, embora tal não pareça corresponder à iconografia setecentista já referida, aonde a muralha aparenta estacar na posição de São Tomé de Tivim<sup>93</sup>. As sete fotografias que acompanham o relatório do “*Oriente Portuguez*” são elementos valiosos para a história da fortificação de Tivim, mas infelizmente a sua reprodução na publicação periódica é pouco nítida, não tendo sido possível examinar outros formatos ou impressões de melhor qualidade.

Desde a inspeção da Comissão Permanente de Arqueologia até os dias de hoje, já muito do que foi descrito terá sido desmantelado na fortificação de Tivim. Urge realizar uma nova e circunstanciada visita ao local e uma aturada prospecção arqueológica, de modo a melhor estudar e compreender este elemento da história da arquitectura militar de origem portuguesa.

#### > Nota conclusiva

A fortificação de Tivim exemplifica uma das principais preocupações e paradigmas da ocupação territorial portuguesa no subcontinente Indiano durante os seus primeiros dois séculos de existência: a noção da importância crucial da insularidade territorial e o empenho continuado e renovado em fortificar os “passos” – ou atravessamentos para “terra firme” – dessas mesmas porções territoriais. Tanto na província de Bardês, como na de Salcete, como ainda na própria ilha de Tiswadi, ou ainda na ilha de Salcete e no “Cassabé” de Baçaim da Província do Norte, em todos estes territórios existiu uma intensa actividade militar e investimento de recursos focados na defesa das zonas mais atreitas a atravessamentos ou incursões provenientes das potências indianas vizinhas. Em todas as cinco regiões mencionadas, essas iniciativas defensivas deram origem a fortificações de cariz linear, e em três delas – Bardês,





**Imagem 14**  
 Mapa da zona de Tivim, Goa.  
 Legenda:  
 1. Localização provável da fortificação de Colvale; 2. Passo de Colvale; 3. Igreja de São Francisco de Colvale; 4. Vestígios das muralhas do sistema fortificado de Tivim; 5. Fortificação de São Miguel ou "do Meio"; 6. Ponte e passo "do Meio"; 7. Capela de São Miguel; 8. Alinhamento provável das muralhas do sistema fortificado de Tivim; 9. Igreja de São Cristóvão de Tivim; 10. Ponte e passo de Tivim; 11. Localização provável da fortificação de São Tomé de Tivim; 12. Localização provável da fortificação de Danuá (Sidh Mendiratta, 2014)



Salcete (de Goa), e “Cassabé” de Baçaim – a debates acerca da abertura ou alargamento de canais de modo a unir cursos fluviais. Mas apenas em Bardês se iniciou e se obrou de facto num canal navegável de modo a “ilhar” a província.

A ilha de Tiswadi foi o primeiro local onde se implementou uma fortificação linear deste género, iniciada em 1554 ao longo do rio de Cumbarjua, e que viria a dar origem à mais extensa muralha edificada pelos portugueses em todo o mundo<sup>94</sup>. Por seu turno, a questão de “ilhar” as províncias de Bardês e Salcete através de canais navegáveis surgiu em meados de Seiscentos, como vimos. Contudo, em Salcete, foi apenas por iniciativa do vice-rei Luís Xavier de Meneses (g. 1717-1720) que se iniciou a plantação de um extenso bambual perto da aldeia de Conculim, barreira considerada eficaz para impedir incursões pela zona mais exposta daquela província<sup>95</sup>. Na ilha de Salcete da Província do Norte, para além de um punhado de pequenas fortificações ou torres edificadas entre 1539 e 1688 ao longo da zona mais estreita do rio que separa aquela ilha da terra firme, a dispersa vila Taná foi sendo paulatinamente dotada de uma frente ribeirinha fortificada, à qual mais tarde se acrescentou uma “*cidadela*”<sup>96</sup>. Já no “Cassabé” de Baçaim, a área mais estreita do rio de Sopará foi dotada de quatro torres artilhadas, unidas por uma “*estacada vegetante*” durante a segunda década de Setecentos<sup>97</sup>. O projeto de alargar e aprofundar o dito rio de modo a torná-lo inteiramente navegável foi debatido desde pelo menos 1646,

sendo que em 1714 a obra esteve de facto na iminência de começar – mas permaneceu sempre adiada<sup>98</sup>.

Todos estes processos de fortificação espelham a necessidade e vontade de “ilhar” os territórios do Estado da Índia visto que, como já foi referido no início do presente texto, a insularidade e os rios e canais navegáveis não apenas dificultavam as movimentações dos grandes exércitos indianos, mas permitiam também a mobilidade das embarcações ligeiras portuguesas providas de artilharia e tropas. Esta mobilidade era fulcral para a defesa de um Império quase sempre carecido de efetivos militares e material bélico. Foi por essas razões que o vice-rei Caetano de Melo e Castro decidiu passar “*por terra algumas embarcações*” entre a ribeira de Sirsaim e o rio de Chaporá – muito provavelmente ao longo da secção inacabada do canal de Tivim – para o ataque que planeava executar contra a fortificação de Alorna durante a monção de 1705. “[V]endosse nesta dilligencia tantas dificuldades”, os portugueses lograram transportar as naves, deixando “*os ditos Bonsullos ainda mais admirados e temerosos*”, dado ter sido “*couza nunca [antes] vista pellos gentios*”<sup>99</sup>.

Agradecimentos: Paulo Varela Gomes; Walter Rossa; Victor Mestre.

\* *Arquitecto. Professor Auxiliar, Universidade Lusófona do Porto. Investigador pós-doutoral, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.*



## NOTAS

- 1 Biker, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*, tom. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881, pp. 160-179.
- 2 Extremo oeste da ilha de Chorão: 15°30'39"N, 73°50'44"E.
- 3 Aldeia de Colvale: 15°38'42"N, 73°50'14"E; Aldeia de Tivim: 15°37'24"N, 73°51'23"E. Essa área, que viria a ser designada por "extra-muros", incluía as aldeias de:
- 4 Pirna: 15°39'43"N, 73°52'56"E; Revorá: 15°39'37"N, 73°50'44"E; Assonorá: 15°37'07"N, 73°53'43"E; e Sirsaim: 15°37'13"N, 73°53'01"E (Xavier, Filipe Nery, *Desenvolvimento da natureza dos bens dos dessaçados das novas conquistas...*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1845, pp. 12, 19).
- 5 Fortificação dos Reis Magos: 15°29'47.5"N 73°48'32.8"E (Mendiratta, Sidh Losa, Rodrigues, Vítor, "Reis Magos", in *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, dir. José Mattoso, Walter Rossa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010, p. 318).
- 6 Mapuçá: 15°35'21"N, 73°49'6"E (d'Cruz, Sharon Jacqueline, *Franciscans in Goa*, dissertação de doutoramento submetida à Universidade de Goa em 2003, p. 211).
- 7 Ucassaim: 15°34'50"N, 73°50'12"E; Moirá: 15°35'40"N; 73°50'19"E. Igreja de Colvale fundada em 1591; Igreja de São Cristóvão de Tivim fundada em 1623; Igreja de Santa Isabel de Ucassaim fundada em 1621; Igreja da Imaculada Conceição de Moirá, fundada em 1636 (Gomes, Paulo Varela, *Whitewash, Red Stone: a History of Church Architecture in Goa*, Yoda Press, New Delhi, 2011, p. 155; Cf.: d'Cruz, Sharon Jacqueline, *Franciscans in Goa*, dissertação de doutoramento submetida à Universidade de Goa em 2003, pp. 248, 249).
- 8 De notar que, em termos administrativos, persistiu nas aldeias de Bardês o sistema de "gancarias", sendo que os gancares das aldeias deveriam pagar os foros reais ao "recebedor" ou "tanadar" da Província. Um dos primeiros portugueses a ocupar esse cargo foi Constantino de Mendonça, em meados de Quinhentos (Carta de aforamento do vice-rei Luís de Ataíde datada de 15 de Agosto de 1571, *Livro de Alvarás n.º 4*, Ms. [?], fl. 248, HAG, pub. in *Arquivo Portuguez Oriental*, dir. Joaquim Heliodoro Rivara, Fasc. I, pt. I, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1865, pp. 800, 801).
- 9 Fortificação de Aguada: 15°29'32"N, 73°46'24"E (Mendiratta, Sidh Losa, Rodrigues, Vítor, "Aguada", in *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, dir. José Mattoso, Walter Rossa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010, pp. 212, 213).
- 10 Mendiratta, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia, 1521-1739*, dissertação de doutoramento submetida à Universidade de Coimbra em 2012.
- 11 Carta de D. Filipe III datada de 30 de Março de 1630, *Livro das Monções n.º 25*, IAN/TT, fls. 213-215, cit. in *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções (1625-1736)*, dir. Artur Teodoro de Matos, vol. II, Centro de História d'Além Mar, UNL, Lisboa, 2002, p. 306.
- 12 Pondá: 15°24'31"N, 74°00'31"E.
- 13 Assento do Conselho de Estado datado de 28 de Dezembro de 1629, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. I (1618-1633), Tip. Rangel, Bastorá, 1953, pp. 254, 255.
- 14 Assento do Conselho de Estado datado de 1 de Novembro de 1630, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. I (1618-1633), Tip. Rangel, Bastorá, 1953, pp. 314-317.
- 15 Numa missiva datada de Janeiro desse ano, Miguel de Noronha dava conta da deterioração das relações com Bijapur e da intenção de iniciar brevemente as obras defensivas previstas para a fronteira de Bardês (Carta do vice-rei Miguel de Noronha datada de 30 de Janeiro de 1631, *Livro das Monções n.º 14*, Ms. 16, HAG, fls. 207-208).
- 16 A política estratégica do Estado da Índia visava nessa data conter a expansão do Império Mogol e impedir o aniquilamento e anexação dos sultanatos de Bijapur e de Golconda. Assim, apesar dos recentes "aggrauos e arufos passados", e conformando-se com as opiniões dos conselheiros de Estado, o vice-rei decidiu enviar à capital cercada um socorro de "polvora, munições e bombardeiros", tudo "com cautella de segredo" para não arriscar uma retaliação mogol a curto prazo. Esta reaproximação conduziu, em Abril de 1633, à ratificação e renovação do tratado de pazes de 1576 entre o Estado e o Sultanato (Assento do Conselho de Estado datado de 3 de Abril de 1632, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. I (1618-1633), Tip. Rangel, Bastorá, 1953, pp. 414-417; PISSURLENCAR, Panduranga, "A extinção do reino de Nizam Shah", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, n.º 27, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 97-124).
- 17 Carta do vice-rei Miguel de Noronha datada de 8 de Novembro de 1632, *Livro das Monções n.º 15*, Ms. 17, HAG, fls. (?)
- 18 As relações entre "Mamederaja", que havia sido um dos regentes do Sultanato de Bijapur, e o Estado da Índia originaram várias situações de tensão diplomática (*Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-rei da Índia*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1937, pp. 134, 183-184v).
- 19 *Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-rei da Índia*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1937, pp. 184v, 185.
- 20 Nessa conjuntura, o vice-rei tinha enviado "seis sanguisseis com toda a gente que tinham que erão noventa e dous soldados, e seis manchuas muy bem esquipadas, e elles muy bem armados, com tudo o que lhe era necesario de mantimentos, armas, e munições" para o "paço de Thiuy." (*Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-rei da Índia*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1937, pp. 184v, 185).
- 21 Creio que a planta referida nessa carta fosse de facto aquela que atualmente se encontra na Biblioteca Geral de Coimbra e que será descrita em baixo ("Planta colorida das Terras de Bardez, em Gôa, com a indicação de obras a realizar", fl. 404 contido no Ms. 677, BGUC; Carta do vice-rei Miguel de Noronha datada de 1 de Dezembro de 1634, *Livro das Monções n.º 20*, Ms. 26, fls. 29, 29v, HAG). O engenheiro Manuel Homem de Pina faleceu na Índia pouco tempo antes de Dezembro de 1634. Filipe III havia já encomendado o envio da planta na nova fortificação ao vice-rei na sua carta datada de 12 de Novembro de 1633 (Carta de D. Filipe III datada de 12 de Novembro de 1633, *Livro das Monções n.º 19-A*, Ms. 25, fl. 126, HAG; Carta de D. Filipe III datada de 29 de Janeiro de 1636, DRILM, *Livro n.º 36*, fl. 81, IAN/TT).
- 22 Sob a porta principal da fortificação "do Meio" de Tivim ainda se via, em Dezembro de 1924, a referida inscrição. Pouco depois, o portal e muros aneox foram apeados para reaproveitamento dos seus materiais nas edificação do hospital de Mapuçá (Telles, Ricardo Michael, "Fortalezas de Goa e suas legendas", *O Oriente Português*, 2.ª série, n.º 19-20-21, Tip. Rangel, Bastorá, 1938, p. 290).
- 23 A julgar pelo seu desenho na "Planta colorida", São Miguel seria um baluarte de recorte angular, com uma pequena estrutura quadrangular justaposta do seu lado ocidental, eventualmente preexistente. Imediatamente a sul do baluarte abria-se uma porta na muralha delineada, associada ao percurso viário já referido [fig. 5]. Afigura-se verosímil que, estando este baluarte operacional, as obras tenham prosseguido pelas muralhas que dele arrancavam tanto para sul como para norte, correspondendo à secção defronte da "qava seqa" assinalada na "Planta colorida". Esta seria a zona mais exposta de toda a extensão do projeto, correspondendo a 400 braças, ou aproximadamente 736 m (Carta dos governadores fr. António de Brandão e António Pais de Sande, datada de 2 de Abril de 1678, *Livro dos Reis Vizinhos n.º 4*, Ms. 972, fls. 12, HAG).
- 24 Em Fevereiro de 1635, era capitão de Bardês "Dom Duarte Lobo, por dotte de casamento, como nos anos passados o escrevy a Vossa Magestade; procede este fidalgo muito bem, com cuidado, e pontualidade, e he muy vigilante no governo daquellas terras e fortificação dellas" ([Relação] dos Cappitães das fortalezas deste Estados..., datada de 23 de Fevereiro de 1635, Ms. 459, fl. 235v, BGUC).
- 25 António Teles de Meneses (g. 1639-1640) e João da Silva Telo de Meneses (g. 1640-1645), sucessores de Pêro da Silva, aparentemente não investiram significativamente nas obras em Tivim (Carta do governador Pêro da Silva datada de 15 de Fevereiro de 1637, DRILM, *Livro n.º 38*, fls. 1-8, IAN/TT).
- 26 Assento de Conselho de 9 de Dezembro de 1653, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. III (1644-1658), Tip. Rangel, Bastorá, 1955, pp. 296, 297.
- 27 Considerando que os referidos muros estavam "por acabar, e conforme o orçamento que se fizera, se apreçoarão cõ sinco, ou seis mil xerafins", ficou deliberado "vniformemente se tratasse da obra cõ toda a breuidade". Aparentemente, a secção por terminar não era demasiado extensa, visto o governador Brás de Castro ambicionar acabar a obra em dois meses (Assento de Conselho de 6 de Dezembro de 1653, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. III (1644-1658), Tip. Rangel, Bastorá, 1955, p. 295).
- 28 Assento do Conselho de Estado datado de 3 de Janeiro de 1655, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. III (1644-1658), Tip. Rangel, Bastorá, 1955, pp. 368-376.
- 29 Aparentemente, Brás de Castro estava ciente da iminência do ataque do sultanato, tendo os preparativos necessários para Tivim sido debatidos no Conselho de Estado de 8 de Agosto (Assento do Conselho de Estado de 8 de Agosto de 1654, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. III (1644-1658), Tip. Rangel, Bastorá, 1955, pp. 347-349).
- 30 Pode-se colocar a hipótese desta estrutura constituir uma torre anexa ao baluarte de São Miguel, de modo a aumentar a amplitude de visão sobre o território em redor (Carta do governador Brás de Castro datada de 7 de Fevereiro de 1655, *Livro das Monções n.º 24*, Ms. 33, fls. 280, 296, HAG).
- 31 Nessa conjuntura, António de Sousa Coutinho era capitão de Tivim (Assento do Conselho de Estado datado de 11 de Outubro de 1654, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. III (1644-1658), Tip. Rangel, Bastorá, 1955, pp. 366, 367).

- 32 A ameaça do reacender da guerra com o sultanato de Bijapur foi abordada no Conselho de Estado reunido a 27 de Agosto de 1655 (Assento do Conselho de Estado datado de 27 de Agosto de 1655, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. III (1644-1658), Tip. Rangel, Bastorá, 1955, pp. 389, 390).
- 33 *Diário do Conde de Sarzedas vice-rei do Estado da Índia (1655-1656)*, ed. Artur Teodoro de Matos, CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 86-89 e notas.
- 34 *Diário do Conde de Sarzedas vice-rei do Estado da Índia (1655-1656)*, ed. Artur Teodoro de Matos, CNCDP, Lisboa, 2001, pp. 893, 94; Carta do vice-rei Rodrigo da Silveira datada de 15 de Dezembro de 1655, *Livro das Monções n.º 25*, Ms. 34, fl. 238, HAG.
- 35 Assento do Conselho de Estado datado de 1 de Outubro de 1655, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. III (1644-1658), Tip. Rangel, Bastorá, 1955, pp. 394, 395.
- 36 Vadi ou Sawantwadi ("Varim" na documentação portuguesa Oitocentista): 15°54'29"N, 73°49'18"E.
- 37 Durante algumas décadas, este local passou a ser a sede da corte dos Savânt, razão pela qual estes são por referidos nas fontes portuguesas como os "sardessais de Kudal" ou "Cuddale" (*Arquivo Português Oriental*, ed. António de Bragança Pereira, tom. I, vol. I, pt. I, Tipografia Rangel, Bastorá, 1939, pp. 1, 2; Barbuda, Cláudio Lagrange, *Huma Viagem de Duas Mil Légoas*, ed. lit. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova-Goa, 1848, p. 125). Kudal: 16°00'18"N, 73°41'16"E.
- 38 É também neste período que se funda uma igreja e missão em Vadi, Nossa Senhora dos Milagres (Barbuda, Cláudio Lagrange, *Huma Viagem de Duas Mil Légoas*, ed. lit. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova-Goa, 1848, p. 125).
- 39 Nessa conjuntura, Pascoal de Lima era "capitão do forte de Tiuy" (Assento do Conselho de Estado datado de 3 de Junho de 1664, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. IV (1659-1695), Tip. Rangel, Bastorá, 1956, pp. 137, 138).
- 40 Para um resumo deste período, V. *Arquivo Português Oriental*, ed. António de Bragança Pereira, tom. I, vol. I, pt. I, Tipografia Rangel, Bastorá, 1939, pp. 2-79; Carta do vice-rei António de Melo Castro, datada de 12 de Maio de 1667, *Livro dos Reis Vizinhos n.º 2*, Ms. 970, fl. 58v, HAG; Carta do vice-rei António de Melo Castro a Shivaji, datada de 23 de Novembro de 1667, *Livro dos Reis Vizinhos n.º 2*, Ms. 970, fl. 73, HAG.
- 41 Vengurla: 15°51'33"N, 73°37'50"E.
- 42 Cartas do vice-rei António de Melo e Castro datadas de 23, 27 e 28 de Novembro, 1 de Dezembro de 1667, *Livro dos Reis Vizinhos n.º 2*, Ms. 970, fls. 72-73, HAG; *Arquivo Português Oriental*, ed. António de Bragança Pereira, tom. I, vol. I, pt. I, Tipografia Rangel, Bastorá, 1939, pp. 45-55.
- 43 BIKER, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de Pazos...*, tom. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1884, pp. 118-120.
- 44 Aparentemente, também militavam em Tivim tropas naturais de Goa, e que desertaram face ao ataque marata (Carta do governador Rodrigo da Costa, datada de 24 de Janeiro de 1690, *Livro das Monções n.º 54*, Ms. 62, fl. 55, HAG; *Relação verdade.ª do q socedeeo no Estado da Índia desde dous de Jan.º de 1683 the vinte e sinco de Jan.º de 1684*, pub. in *Arquivo Português Oriental*, ed. A. B. de Bragança Pereira, tom. I, vol. III, pt. I, Tipografia Rangel, Bastorá, 1939, pp. 128, 129).
- 45 Portugal, Pedro Miguel de Almeida, *Instrução dada pelo excellentissimo Marquez de Alorna, ao seu successor...*, ed. e anot. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1856, p. 62, nota.
- 46 Em 1699 incluía-se o capitão de "São Tomé de Tivim" no rol de oficiais militares que assistiam em Goa (Lista dos capitães das fortalezas... datado de 16 de Dezembro de 1699, pub. in *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, dir. António Silva Rego, vol. VI, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1974, pp. 487-497). Em Janeiro de 1702, eram estes os capitães em Tivim: Tomé Rodrigues no Forte de São Miguel de Tivim; Gabriel Leitão no Forte de Nossa Senhora da Assumpção de Tivim (de Colvale); e Domingos André no Forte de São Tomé de Tivim. Poucos anos antes, havia servido apenas um "capitão dos fortes de Tivy das terras de Bardes", João da Silva "natural de Pedrogão o Pequeno", e que havia chegado à Índia em 1658 (Carta dos governadores fr. Agostinho da Anunciação e Vasco Lima Coutinho, datada de 7 de Janeiro de 1702, *Livro das Monções n.º 65*, Ms. 74, fl. 290, HAG).
- 47 Assento que se tomou na Junta... datado de 13 de Março de 1684, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. IV (1659-1695), Tip. Rangel, Bastorá, 1956, pp. 193-195.
- 48 Cópia do parecer do capitão engenheiro Manuel Pires da Silva, datada de 1 de Dezembro de 1688, *Livro das Monções n.º 51-B*, Ms. 59, fl. 55, HAG.
- 49 Carta do governador Rodrigo da Costa, [datada de Outubro de 1688], *Livro das Monções n.º 53*, Ms. 61, HAG, fl. (?).
- 50 Carta da Câmara de Bardês datada de 23 de Janeiro de 1688, pub. in Xavier, Filipe Nery, *Bosquejo Histórico das Comunidades...*, Tip. Rangel, Bastorá, 1903, pp. 248, 249.
- 51 Em 1698, o sardessai Khem Savânt havia expandido o território do potestado, conquistando Bicholim aos sardessais de Sunda e ainda outros dessaia-dos (Barbuda, Cláudio Lagrange, *Huma Viagem de Duas Mil Légoas*, ed. lit. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova-Goa, 1848, p. 125).
- 52 Ilha de Corjuém, centrada em: 15°35'34"N, 73°53'06"E. Ilha de Panelém: 15°34'03"N, 73°54'02"E.
- 53 Amona: 15°32'02"N, 73°58'41"E [Conselho de Estado datado de 11 de Setembro de 1705, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. V (1696-1750), Tip. Rangel, Bastorá, 1957, pp. 193-195. Cf.: "Depois de Chorão por parte de terra firme ficão duas Aldeas, chamadas Panela, & Corjuem, com duas fortalezas, edificadas para segurança do dito Chorão, & terras de Bardes, as quaes tomou o Excellentissimo Viso-Rey Caetano de Mello de Castro no anno de 1705 ao Dessay Qhema Sauntu, a quem fez guerra por diversas partes, & com bom successo, & o fez largar o Forte de Ambona, situado defronte da nossa Ilha de Santo Estevão, & os dous Fortes de Bicholy, que fez arrazar; & finalmente o obrigou a deixar o districto de Pondá, aonde se fortificava com grande empenho" (Paes, Leonardo, *Promptuario das Diffinições Indicas...*, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa, 1713, p. 137)].
- 54 "Fachina" designava os trabalhos defensivos de natureza temporária apoiados em movimentações de terras e empregando materiais efémeros como a madeira em "molhos de varinhas ou vergas atadas nos extremos" (Bluteau, D. Raphael, *Diccionario da Lingua Portuguesa*, tom. I, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1789, p. 592).
- 55 A 7 de Abril de 1712, o vice-rei Rodrigo da Costa assinou um tratado com o "Sar Dessay de Quddale". Pelo ataque a Revorá, o sardessai teve de indemnizar o Estado em 10.000 xerafins (Coutinho, André Ribeiro, *Relação Diaria da Expugnação e rendimento da Praça de Bicholym...*, Na Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1728, pp. 31-34; Biker, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazos...*, tom. VI, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, pp. 221-223).
- 56 Aldeia de Danuá (Dhanva): 15°36'31"N, 73°51'28"E.
- 57 Não se pode colocar de lado a hipótese da inscrição referir-se antes ao vice-rei Vasco Cezar de Menezes, que em 1713 servia o segundo ano do seu governo (Portugal, Pedro Miguel de Almeida, *Instrução dada pelo excellentissimo Marquez de Alorna, ao seu successor...*, ed. e anot. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1856, p. 62, nota). O "Forte Novo" surge em vários mapas de meados do século XVIII, assim como no quadro a óleo da autoria de José Pinhão de Matos pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga, obra anterior a 1739, e no quadro intitulado "Mapa Topografico de Goa" estante na Biblioteca Nacional, datável de 1770-1777. Contudo, não foi possível apurar se a fortificação figura no quadro "Vista de Goa" da autoria de Manuel Furtado, datado de 1716 e pertencente a uma colecção particular de Lisboa.
- 58 Sugiro as seguintes coordenadas para a localização do "Forte Novo": 15°36'34"N, 73°51'55"E. Segundo um relatório da Comissão Permanente de Arqueologia do Estado da Índia datado de Março de 1939, as muralhas do sistema de Tivim estendiam-se desde Colvale até o "Forte Novo de Danuá" (Menezes, Rui de, "A Fortificação de Tivim", *O Oriente Português*, n.º 26, Tip. Rangel, Bastorá, 1939, pp. 394, 395).
- 59 Assento do Conselho de Estado de 5 de Maio de 1717, pub. in *Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vol. V (1696-1750), Tip. Rangel, Bastorá, 1957, pp. 306-310.
- 60 Os "ranes", recentemente convertidos, eram "Dom Lourenço de Lisboa, Dom João de Lisboa, e Dom Salvador de Lisboa, feudatarios das Aldeas Revorá, Nadorá e Pirna, extramuros de Tivy" (Carta régia datada de 14 de Fevereiro de 1727, *Livro das Monções n.º 94*, Ms. 105, fl. 273, HAG).
- 61 Bicholim: 15°35'28"N, 73°56'46"E.
- 62 Coutinho, André Ribeiro, *Relação Diaria da Expugnação e rendimento da Praça de Bicholym...*, Na Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1728, pp. 4, 5.
- 63 Coutinho, André Ribeiro, *Relação Diaria da Expugnação e rendimento da Praça de Bicholym...*, Na Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1728, p. 8.
- 64 Este tratado continha nove cláusulas, para além da ratificação dos dez artigos do tratado de 1712. Uma das suas cláusulas lia: "Que não consentirá, que balhadeyras algumas fabriquem de novo casas à borda dos rios, que dividem o Estado delle Sar-Dessay". Os cinco primeiros artigos relacionavam-se com as pretensões de "Nagobba Saunto", filho do sardessai de Vadi, sendo que o Estado exigiu que lhe fosse atribuída a fortificação de Bicholim (Coutinho, André Ribeiro, *Relação Diaria da Expugnação e rendimento da Praça de Bicholym...*, Na Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1728, pp. 34-37).
- 65 Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 30 de Janeiro de 1739, pub. in *Arquivo Português Oriental*, ed. A. B. de Bragança Pereira, tom. I, vol. III, pt. V, Tip. Rangel, Bastorá, 1940, pp. 320, 321.



- 66 Não foi possível estabelecer a localização da “meia laranja” (Pissurlencar, Panduranga, “Portugueses e Maratas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. 11, 1932, Tipografia Bragança, Nova Goa, p. 41).
- 67 Costa, Diogo, *Relaçam das Guerras da Índia desde o Anno de 1736 até o de 1740*, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741, pp. 27, 28; Pissurlencar, Panduranga, “Portugueses e Maratas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. 10, 1931, Tipografia Bragança, Nova Goa, pp. 50, 57; Pissurlencar, Panduranga, “Portugueses e Maratas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. 11, 1932, Tipografia Bragança, Nova Goa, pp. 40-44.
- 68 Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas datada de 6 de Março de 1739, pub. in *Arquivo Português Oriental*, ed. A. B. de Bragança Pereira, tom. I, vol. III, pt. V, Tip. Rangel, Bastorá, 1940, p. 235.
- 69 O ataque português sobre Tivim ocorreu a 11 de Novembro de 1739 (Carta da Câmara Geral da Província de Bardês datada de 10 de Fevereiro de 1740, pub. in *Arquivo Português Oriental*, ed. Joaquim da Cunha Rivara, fasc. 6, Suplementos, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1876, p. 583; Pissurlencar, Panduranga, “Portugueses e Maratas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. 13, 1932, Tipografia Bragança, Nova Goa, pp. 49-60).
- 70 Pissurlencar, Panduranga, “Portugueses e Maratas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. 13, 1932, Tipografia Bragança, Nova Goa, p.55.
- 71 Aldoná: 15°35'21"N, 73°52'23"E.
- 72 A derrota portuguesa em Aldoná foi uma das mais pesadas das forças portuguesas em Goa, “*lastimoza tragedia*”, e “*maes sumária e disgrasada*” que havia “*lembransa sucederse naquelle Estado*” da Índia. Na batalha de Aldoná morreu José Joaquim de Mendonça Carvalho, irmão mais novo do futuro Marquês de Pombal (Carta do vice-rei Pedro de Mascarenhas conde de Sandomil datada de 9 de Fevereiro de 1740, *Livro das Monções n.º 110*, Ms. 131, fls. 3-13, HAG, pub. in Gracías, Ismael, “Os Últimos dias de Baçaim”, *O Oriente Português*, vol. IV, n.º 9, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1907, pp. 339, 340; Pissurlencar, Panduranga, “Portugueses e Maratas”, *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. 13, 1932, Tipografia Bragança, Nova Goa, pp. 56-58).
- 73 Carta da Câmara Geral da Província de Bardês datada de 10 de Fevereiro de 1740, pub. in *Arquivo Português Oriental*, ed. Joaquim da Cunha Rivara, fasc. 6, Suplementos, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1876, p. 583.
- 74 Biker, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*, tom. VI, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, pp. 221-223.
- 75 Chaporá: 15°36'21"N, 73°44'10"E.
- 76 Cartas do vice-rei Marquês do Loureiral datadas de 20 de Setembro e 27 de Dezembro de 1741, *Livro das Monções n.º 111*, HAG, fls. [?], 59; *Documentos Comprobativos do Bosquejo das Possessões Portuguezas no Oriente*, ed. Joaquim Pedro Celestino de Castro, tom. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853, pp. 10-14; Biker, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de pazes...*, tom. VI, Imprensa Nacional, Lisboa, 1885, pp. 223-231.
- 77 Alorna: 15°42'0"N, 73°54'19"E; Arabó: 15°39'22"N, 73°49'05"E; Tiracol: 15°43'17"N, 73°41'11"E; Rerim: 15°44'43"N, 73°39'16"E.
- 78 Portugal, Pedro Miguel de Almeida, *Instrucção dada pelo excelentissimo Marquez de Alorna, ao seu successor...*, ed. e anot. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1856, p. 62, nota.
- 79 Portugal, Pedro Miguel de Almeida, *Instrucção dada pelo excelentissimo Marquez de Alorna, ao seu successor...*, ed. e anot. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1856, p. 62, nota.
- 80 Peres, João Caetano, *O Almanak de Goa para o ano bissexto de 1840*, Typ. Portugueseza do Pregoeiro, Bombaim, [1839], p. 325.
- 81 “*Planta colorida das Terras de Bardez, em Gôa, com a indicação de obras a realisar*”, fl. 404 contido no Ms. 677 “Papéis Vários”, in *Boletim da Biblioteca da Universidade*, p. 132. Catalogação acessível em: <<http://almamater.uc.pt/cman/show.asp?i=677&p=132>>
- 82 Carta do vice-rei Miguel de Noronha datada de 1 de Dezembro de 1634, *Livro das Monções n.º 20*, Ms. 26, fls. 29, 29v, HAG, sumariada in *Boletim da Filmo-teca Ultramarina*, vol. XIII, Lisboa, 1959, p. 81. O sumário publicado não refere o mapa, mas numa missiva posterior de Filipe II ao vice-rei Pêro da Silva, o monarca refere uma “*planta*” relativa à fortificação em construção em Bardês associada à referida carta do vice-rei Miguel de Noronha (Carta de D. Filipe III datada de 29 de Janeiro de 1636, DRILM, *Livro n.º 36*, fl. 81, IAN/TT).
- 83 Esta imagem segue de perto a iconografia atribuída a Pedro Barreto de Resende, elaborada cerca de cinco anos antes, na qual não ainda consta a fortificação (Carneiro, António de Mariz, *Descripçam da fortaleza de Sofala, e das mais da Índia com huma relaçam das religiões todas q[ue] há no mesmo Estado*, 1639, BNP). Acessível em: <<http://purl.pt/24313>>
- 84 *Goa e o Grão-Mogol*, dir. Nuno Vassalo e Silva, Jorge Flores, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2004, p. 121.
- 85 d’Orgeval, F., “*Planta da Ilha de Goa na Índia e suas Terras confinantes*”, 1747, BNF. Acessível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8593177m.r=inde.langPT>>
- 86 Portugal, Pedro Miguel de Almeida, *Instrucção dada pelo excelentissimo Marquez de Alorna, ao seu successor...*, ed. Filipe Nery Xavier, Na Typografia do Governo, Goa, 1836, pp. 26, 27.
- 87 A imagem do “*Mapa Topografico de Goa*” está acessível em: <<http://purl.pt/23012/2/>>. Contemporânea desta imagem, registre-se a seguinte descrição: “*A segunda [Fortaleza] he a de Collvale situada sobre o mesmo Rio Chaporá; consiste em hum Forte levantado junto dos muros, em que se erigiram os outros dous Fortes, do Meio e de Tevim. O primeiro domina, e defende o passo do Rio, que desce de Alorna, e o caminho publico de Perném. O segundo cobre a estrada por onde passa a boiada, e generos que vem das partes Orientaes do Continente. O terceiro cobre o flanco dos muros de Colvalle e defende tres passos secos, que dão entrada na mesma Provincia de Bardez. [...] se deve nomear para elles huma Companhia de Sipaes do Corpo Volante [...] dividida em tres iguaes Destacamentos*” (*Instrucções com que El-Rei D. José I mandou passar aos Estado da Índia o Governador, e Capitão Geral... no anno de 1774*, ed. Cláudio Lagrange Monteiro de Barbuda, Typographia Nacional, Pangim, 1841, p. 9).
- 88 Este documento iconográfico pertence à colecção de documentos cartográficos da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora. Está catalogado em: <[http://www.sge.org/fileadmin/contenidos/imagenes\\_ibercarto/actividades/DIRECTORIO\\_CARTOTECAS\\_PORTUGUESAS.pdf](http://www.sge.org/fileadmin/contenidos/imagenes_ibercarto/actividades/DIRECTORIO_CARTOTECAS_PORTUGUESAS.pdf)>
- 89 “*Planta de huma parte do territorio de Goa*”, CARTm\_058, D.721, 1817, AHU
- 90 “*Mappa do territorio Portuguez de Goa...*”, por José Maria Gonsalves, 1843. A imagem está acessível em: <<http://hdl.huntington.org/cdm/ref/collection/p1515ocoll4/id/7153>>
- 91 A ilustração original do forte de São Tomé de Tivim que deu origem à gravura publicada fornece uma impressão muito mais precisa da igreja de São Cristóvão e da ponte (MENDES, A. Lopes, *A Índia Portuguesa*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1886, pp. 233, 237)
- 92 Menezes, Ruy de, “*A Fortificação de Tivim*”, *O Oriente Português*, n.º 26, Tip. Rangel, Bastorá, 1939, pp. 393-398.
- 93 Da posição mais setentrional do sistema fortificado, o “*Forte de Colvale*”, os autores afirmavam apenas ter visto “*um bloco de alvenaria, lançado no rio*”. Na secção entre essa posição e o Forte do Meio, os autores identificaram os “*vestígios de dois baluartes, que teriam sido cobertos, talvez em abóbada, e artilhados*”. Mais a sul, descreve-se o Forte do Meio, “*bem conservado*”, e tendo “*pequenas dimensões mas de robusta construção*”. Era visível “*nítidamente a sua planta, mantendo-se de pé o arco da porta da gola [do baluarte] com sua abóbada, e os seus paiois e abrigos, também abobadados*”. Contudo, lamentavam a recente demolição da principal “*porta para o exterior*”, ou porta de terra, a mesma que Lopes Mendes havia desenhado. Na secção entre o Forte do Meio e o de São Tomé de Tivim, que os autores designaram, por “*trecho médio*” da muralha, a tradição local referia a existência de duas “*obras avançadas*”, elementos que não foram identificados na inspeção. Prosseguindo para sul, descreve-se desta forma a posição de São Tomé de Tivim: “*Era também pequeno, mas bem construído, todo em alvenaria, abobadado, e guarnecido de uma alta torre, à laia de torre de menagem das fortificações mouriscas, protegendo a entrada principal e a passagem subterrânea que vai ao poço de água*”. Apesar de referirem que já “*pouco existe*” da posição, a sua torre e abóbada estavam “*bem conservadas*”. Da suposta terceira secção de muralha entre São Tomé de Tivim e o Forte Novo de Danuá, nada é relatado, afirmando-se apenas que da última posição, cujo local preciso não foi identificado, “*pouco*” existia (Menezes, Ruy de, “*A Fortificação de Tivim*”, *O Oriente Português*, n.º 26, Tip. Rangel, Bastorá, 1939, pp. 393-398).
- 94 Mendiratta, Sidh Losa, Rodrigues, Vítor, “*Fortificação da Ilha de Tiswadi*”, in *Património de Origem Portuguesa no Mundo*, dir. José Mattoso, Walter Rossa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010, pp. 233, 241-243.
- 95 Aragão, Teixeira, *Descripção Geral e Historica...*, tom. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880, pp. 282, 283.
- 96 Mendiratta, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Provincia do Norte do Estado da Índia, 1521-1739*, dissertação de doutoramento submetida à Universidade de Coimbra em 2012, pp. 299-320.
- 97 Coutinho, André Ribeiro, “*Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728*”, *O Chronista de Tissuary*, vol. I, n.º 1, Imprensa Nacional, Nova Goa, Janeiro de 1866, pp. 31, 54; Assentos do Conselho da Fazenda datados de 9 de Janeiro, 6 de Março e 23 de Agosto de 1731, *Livro dos Assentos do Conselho da Fazenda n.º 20*, Ms. 1179, fls. 178, 182v, 192v, 193, HAG.
- 98 Carta do governador Filipe Mascarenhas datada de 19 de Dezembro de 1646, DRILM, liv. 55, fl. 484, n.º 20, IAN/TT; Cartas do vice-rei Vasco César de Meneses datadas de 26 de Setembro, 27 de Outubro, 24 de Novembro, 23 de Dezembro e 30 de Dezembro de 1714, *Livro dos Segredos n.º 2*, fls. 65, 67, 69v, 71v, 72 e 73, HAG.
- 99 Carta do vice-rei Caetano de Melo e Castro, datada de 17 de Julho de 1705, *Livro dos Reis Vizinhos, n.º 5*, Ms. 973, HAG, fl. 100.

BIBLIOGRAFIA SELECCIONADA

- Aragão, Teixeira, *Descrição Geral e Historica...*, tom. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1880.
- Arquivo Português Oriental, ed. António de Bragança Pereira, tom. I, vol. I, pt. I, Tipografia Rangel, Bastorá, 1939.
- Barbuda, Cláudio Lagrange, *Huma Viagem de Duas Mil Légoas*, ed. lit. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova-Goa, 1848.
- Biker, Júlio Firmino, *Collecção de Tratados e concertos de Pazos...*, tom. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1884.
- Castro, Joaquim Pedro Celestino de, *Bosquejo das Possessões Portuguezas no Oriente*, ed. tom. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1851.
- Castro, Joaquim Pedro Celestino de, *Documentos Comprovativos do Bosquejo das Possessões Portuguezas no Oriente*, ed., tom. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1853.
- Costa, Diogo, *Relaçam das Guerras da Índia desde o Anno de 1736 até o de 1740*, Lisboa, Officina de António Isidoro da Fonseca, 1741.
- Coutinho, André Ribeiro, *Relação Diaria da Expugnação e rendimento da Praça de Bicholym...*, Na Officina de Miguel Rodrigues, Lisboa, 1728.
- Coutinho, André Ribeiro, "Extracto Individual do Estado em que se acha a Infantaria...no anno de 1728", *O Chronista de Tissuary*, vol. I, n.º 1, Imprensa Nacional, Nova Goa, Janeiro de 1866, pp. 31, 54.
- D'Cruz, Sharon Jacqueline, *Franciscans in Goa*, dissertação de doutoramento submetida à Universidade de Goa em 2003.
- Diário do 3.º Conde de Linhares, Vice-rei da Índia*, Biblioteca Nacional, Lisboa, 1937.
- Diário do Conde de Sarzedas vice-rei do Estado da Índia (1655-1656)*, ed. Artur Teodoro de Matos, CNCDP, Lisboa, 2001.
- Gomes, Paulo Varela, *Whitewash, Red Stone: a History of Church Architecture in Goa*, Yoda Press, New Delhi, 2011.
- Gracias, Ismael, "Os Últimos dias de Baçaim", *O Oriente Português*, vol. IV, n.º 9, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1907, pp [comp]
- Instrucções com que El-Rei D. José I mandou passar aos Estado da Índia o Governador, e Capitão Geral...no anno de 1774*, ed, Cláudio Lagrange Monteiro de Barbuda, Typographia Nacional, Pangim, 1841.
- Livro dos Assentos do Conselho de Estado*, ed. Panduranga Pissurlencar, vols. I-V, Tip. Rangel, Bastorá, 1953-1957.
- Mendes, A. Lopes, *A Índia Portuguesa*, vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1886.
- Mendiratta, Sidh Losa, *Dispositivos do Sistema Defensivo da Província do Norte do Estado da Índia, 1521-1739*, dissertação de doutoramento submetida à Universidade de Coimbra em 2012.
- Menezes, Rui de, "A Fortificação de Tivim", *O Oriente Português*, n.º 26, Tip. Rangel, Bastorá, 1939, pp. 390-398.
- Mhamai, S. K., *The Sawants of Wadi and the Portuguese*, Concept Pub., New Delhi, 1984.
- Paes, Leonardo, *Promptuario das Diffiniçoens Indicas...*, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, Lisboa, 1713.
- Património de Origem Portuguesa no Mundo*, vol. "Ásia e Oceania", dir. José Matoso, Walter Rossa, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010.
- Peres, João Caetano, *O Almanak de Goa para o ano bissexto de 1840*, Typ. Portugueza do Pregoeiro, Bombaim, [1839].
- Pissurlencar, Panduranga, "Portugueses e Maratas", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, vol. II, 1932, Tipografia Bragança, Nova Goa, pp. [comp]
- Pissurlencar, Panduranga, "A extinção do reino de Nizam Shah", *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, n.º 27, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 97-124
- Portugal, Pedro Miguel de Almeida, *Instrucção dada pelo excelentissimo Marquez de Alorna, ao seu successor...*, ed. e anot. Filipe Nery Xavier, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1856
- Telles, Ricardo Michael, "Fortalezas de Goa e suas legendas", *O Oriente Português*, 2.ª série, n.º 19-20-21, Tip. Rangel, Bastorá, 1938, pp. 275-328.
- Xavier, Filipe Nery, *Desenvolvimento da natureza dos bens dos dessaiaidos das novas conquistas...*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1845.
- Xavier, Filipe Nery, *Instrucção do Ex.mo vice-rei Marquez de Alorna ao seu successor... Vice-rei Marquez de Távora*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1856.
- Xavier, Filipe Nery, *Bosquejo Histórico das Comunidades...*, Tip. Rangel, Bastorá, 1903.